

STJ00111692

**ARAKEN DE ASSIS**  
**MANUAL DA**  
**EXECUÇÃO**

**21ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA**

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damara Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourri

*Estagiários:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* BE/ON Comunicação

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Assis, Araken de  
Manual da execução / Araken de Assis. --  
21. ed. rev. atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5614-438-2

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

20-51208

CDU-347.9(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

## Sumário

<b>Nota prévia à 21.ª edição .....</b>	<b>5</b>
<b>Lista de abreviaturas .....</b>	<b>7</b>

### **Título I – Função executiva em geral**

<b>1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>75</b>
<b>§ 1.º Classificação das Ações .....</b>	<b>75</b>
1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição .....	75
2. Limites políticos e práticos da função executiva .....	81
2.1. Critérios classificatórios da ação .....	83
2.2. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação .....	85
3. Eficácias da sentença e satisfação .....	86
3.1. Eficácia declaratória .....	88
3.2. Eficácia constitutiva .....	91
3.3. Eficácia condenatória .....	92
3.4. Eficácia mandamental .....	97
3.5. Eficácia executiva .....	101
<b>§ 2.º Do Ato Executivo .....</b>	<b>103</b>
4. Natureza do ato executivo .....	103
5. Classificação dos atos executivos .....	107
6. Cumprimento do ato executivo .....	108
6.1. Extensão dos poderes do juiz no ato executivo .....	109
6.2. Requisição da força pública .....	111
7. Documentação do ato executivo .....	112

<b>§ 3.º Princípios da Função Executiva</b> .....	113
8. Princípios fundamentais da execução .....	113
9. Princípio da autonomia.....	116
10. Princípio do título.....	118
11. Princípio da responsabilidade patrimonial .....	120
12. Princípio do resultado.....	121
13. Princípio da disponibilidade .....	122
13.1. Conceito e natureza da desistência .....	123
13.2. Espécies de desistência .....	123
13.3. Requisitos da desistência da execução .....	124
13.3.1. Requisitos formais da desistência .....	124
13.3.2. Requisitos subjetivos da desistência.....	125
13.3.3. Requisitos temporais da desistência.....	125
13.4. Efeitos da desistência da execução.....	126
14. Princípio da adequação.....	129
<b>§ 4.º Processo de Execução e Execução Incidental</b> .....	129
15. Execução autônoma.....	129
15.1. Precisão terminológica.....	130
15.2. “Condições” da ação executória.....	131
16. Natureza da função jurisdicional executiva.....	133
17. Execução incidente .....	137
17.1. Execução dos efeitos executivo imediato e mandamental antecipados.....	140
17.2. Execução do efeito executivo imediato antecipado .....	144
17.2.1. Processamento da execução.....	144
17.2.2. Execução e o devido processo .....	145
17.2.3. Natureza provisória da execução .....	147
17.2.4. Execução das prestações pecuniárias, em geral, e dos alimentos indenizativos.....	148
17.2.5. Execução das prestações de dar .....	150
17.2.6. Execução das prestações faciendi .....	151
17.2.7. Meios de reação do executado e de terceiros.....	152
18. Integração da disciplina executiva .....	153

<b>2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA .....</b>	<b>157</b>
<b>§ 5.º Espécies de Execução .....</b>	<b>157</b>
19. Ordem dos atos processuais na execução .....	157
<b>§ 6.º Execução Indireta .....</b>	<b>166</b>
20. Meios executórios de coerção .....	166
20.1. Coerção patrimonial .....	168
20.2. Coerção pessoal .....	171
<b>§ 7.º Execução Direta .....</b>	<b>172</b>
21. Meios executórios de sub-rogação .....	172
21.1. Meio do desapossamento .....	172
21.2. Meio da transformação .....	172
21.3. Meio da expropriação .....	173
21.3.1. Meio do desconto .....	174
21.3.2. Meio da adjudicação .....	174
21.3.3. Meio da alienação por iniciativa particular .....	175
21.3.4. Meio da alienação por leilão .....	175
21.3.5. Meio da apropriação .....	176
<b>3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO .....</b>	<b>177</b>
22. Questão de ordem: a localização dos “requisitos necessários” no sistema processual e seu cabimento .....	177
<b>§ 8.º Título Executivo .....</b>	<b>181</b>
23. Natureza do título executivo .....	181
24. Eficácia do título executivo .....	184
24.1. Posição do exequente .....	185
24.2. Posição do Estado .....	186
24.3. Posição do executado .....	186
25. Conteúdo do título executivo .....	187
25.1. Identificação das partes .....	187
25.2. Identificação do resultado .....	188
25.3. Limitação da responsabilidade .....	188

26. Caracteres do título executivo.....	188
26.1. Certeza do título .....	190
26.2. Liquidez do título .....	191
26.3. Exigibilidade do título.....	192
27. Forma do título executivo.....	193
<b>§ 9.º Espécies de Títulos Executivos.....</b>	<b>197</b>
28. Título executivo judicial .....	197
28.1. Decisão condenatória proferida no processo civil.....	199
28.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial .....	206
28.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....	208
28.4. Formal ou certidão de partilha .....	209
28.5. Decisão aprovativa de crédito dos auxiliares do juízo.....	210
28.6. Sentença penal condenatória .....	211
28.7. Sentença arbitral .....	214
28.8. Sentença estrangeira homologada.....	216
28.9. Decisão estrangeira passado exequatur .....	217
29. Título executivo extrajudicial.....	217
29.1. Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque.....	218
29.1.1. Letra de câmbio.....	218
29.1.2. Nota promissória.....	219
29.1.3. Duplicata .....	219
29.1.4. Cheque.....	223
29.1.5. Debênture.....	224
29.2. Escritura pública ou instrumento público.....	225
29.3. Instrumento particular .....	226
29.4. Transação referendada.....	229
29.5. Contratos de caução.....	230
29.6. Contrato de seguro de vida .....	232
29.7. Foro e laudêmio.....	233
29.8. Aluguel de imóvel e encargos .....	233
29.9. Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública.....	235
29.10. Contribuições condominiais.....	235

29.11. Certidão da serventia notarial e registral .....	236
29.12. Títulos previstos em leis extravagantes .....	237
30. Título executivo extrajudicial estrangeiro .....	241
31. Protesto do título executivo judicial .....	242
31.1. Natureza e finalidade do protesto do título judicial .....	243
31.2. Momento e requisitos do protesto do título judicial .....	243
31.3. Instrumento do protesto do título judicial.....	245
31.4. Cancelamento do protesto de título judicial .....	245
32. Inscrição do executado no cadastro dos inadimplentes .....	246
<b>§ 10.º Inadimplemento .....</b>	<b>247</b>
33. Fato constitutivo da demanda executória .....	247
34. Causas e efeitos do inadimplemento.....	248
34.1. Causa do inadimplemento .....	249
34.2. Efeitos do inadimplemento .....	249
34.2.1. Inadimplemento absoluto .....	250
34.2.2. Inadimplemento relativo .....	250
34.2.3. Inadimplemento antecipado.....	251
34.2.4. Adimplemento ruim .....	252
35. Momento e prova do inadimplemento na demanda executória .....	253
35.1. Prova do vencimento do termo ( <i>mora ex persona</i> ) .....	253
35.2. Prova da realização da condição .....	254
35.3. Prova do vencimento do prazo de espera .....	255
36. Inadimplemento das obrigações bilaterais.....	261
36.1. Controle da inicial.....	263
36.2. Prazo da suspensão .....	264
36.3. Despesas e honorários.....	264
37. Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior .....	264
38. Tempo e forma da oposição do executado .....	265
<b>4. INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA.....</b>	<b>267</b>
<b>§ 11.º Responsabilidade Patrimonial .....</b>	<b>268</b>
39. Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado .....	268
40. Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	272

40.1.	Casos especiais de responsabilidade primária .....	274
40.1.1.	Bens do devedor na posse de terceiros.....	274
40.1.2.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução.....	276
40.1.3.	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra credores .....	276
40.2.	Responsabilidade do sucessor a título singular .....	277
40.3.	Responsabilidade do sócio.....	278
40.3.1.	Fundamento da responsabilidade do sócio .....	278
40.3.2.	Benefício de ordem do sócio.....	279
40.4.	Responsabilidade do cônjuge ou companheiro.....	281
40.5.	Responsabilidade no caso de desconsideração da personalidade jurídica.....	281
40.5.1.	Responsabilidade secundária direta do sócio .....	282
40.5.2.	Responsabilidade secundária indireta do sócio .....	284
40.5.3.	Procedimento da desconsideração da personalidade jurídica.....	287
40.5.3.1.	Iniciativa na desconsideração da pessoa jurídica.....	288
40.5.3.2.	Momento da desconsideração da pessoa jurídica.....	289
40.5.3.3.	Contraditório na desconsideração da pessoa jurídica.....	289
40.5.3.4.	Decisão da desconsideração da pessoa jurídica.....	290
40.5.3.5.	Efeitos da desconsideração da pessoa jurídica .....	290
41.	Responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados.....	292
41.1.	Âmbito da responsabilidade patrimonial nos direitos reais limitados .....	293
41.2.	Registro da penhora nos direitos reais limitados .....	295
42.	Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado.....	295
43.	Classificação da impenhorabilidade.....	296
43.1.	Impenhorabilidade material absoluta.....	298
43.2.	Impenhorabilidade material relativa.....	300

43.2.1.	Regime da comunhão parcial .....	301
43.2.2.	Regime da comunhão universal .....	302
43.2.3.	Regime da separação total .....	302
43.2.4.	Regime dotal .....	303
43.2.5.	Regime de participação final nos aquestos.....	303
43.3.	Impenhorabilidade processual absoluta.....	303
43.4.	Impenhorabilidade processual relativa.....	304
44.	Princípios da impenhorabilidade.....	304
44.1.	Tipicidade da impenhorabilidade .....	304
44.2.	Disponibilidade da impenhorabilidade .....	306
45.	Bens de impenhorabilidade controvertida.....	308
45.1.	Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos .....	309
45.2.	Penhorabilidade das quotas sociais.....	310
45.3.	Penhorabilidade do telefone .....	312
45.4.	Penhorabilidade das próteses .....	313
45.5.	Penhorabilidade dos alimentos e de outros bens.....	314
45.5.1.	Penhorabilidade do material fixo e rodante das ferrovias .....	314
45.5.2.	Penhorabilidade das missivas .....	314
45.5.3.	Penhorabilidade dos jazigos.....	314
45.5.4.	Penhorabilidade de imagens e de objetos de culto religioso .....	315
	<i>Subseção I – Impenhorabilidade absoluta .....</i>	<i>316</i>
46.	Natureza e finalidade do benefício de competência .....	316
47.	Limites positivos do benefício de competência.....	317
47.1.	Impenhorabilidade dos inalienáveis .....	317
47.2.	Impenhorabilidade do seguro de vida .....	317
47.3.	Impenhorabilidade dos recursos públicos com destinação social ....	318
47.4.	Impenhorabilidade dos recursos públicos do fundo partidário ....	319
	<i>Subseção II – Impenhorabilidade relativa.....</i>	<i>320</i>
48.	Limites positivos da impenhorabilidade relativa .....	320
48.1.	Impenhorabilidade convencional .....	321

48.2.	Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos.....	321
48.3.	Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais .....	322
48.4.	Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural ....	324
48.5.	Impenhorabilidade relativa dos bens profissionais necessários ou úteis.....	328
48.6.	Impenhorabilidade relativa dos materiais de obras em andamento.....	331
48.7.	Impenhorabilidade relativa dos depósitos em caderneta de poupança .....	331
48.8.	Impenhorabilidade relativa dos créditos na incorporação imobiliária .....	333
48.9.	Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.....	333
48.10.	Impenhorabilidade relativa em caso de direito de retenção .....	334
48.11.	Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia .....	335
48.12.	Impenhorabilidade relativa do bem de família .....	336
48.12.1.	Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da residência familiar.....	336
48.12.2.	Fundamento da impenhorabilidade da residência familiar .....	341
48.12.3.	Objeto da impenhorabilidade da residência familiar .....	342
48.12.3.1.	Impenhorabilidade do prédio .....	342
48.12.3.2.	Impenhorabilidade do conteúdo.....	348
48.12.4.	Beneficiários da impenhorabilidade da residência familiar .....	350
48.12.5.	Exceções à impenhorabilidade da residência familiar ....	353
48.12.5.1.	Crédito do financiador da residência.....	356
48.12.5.2.	Crédito alimentar .....	356
48.12.5.3.	Crédito tributário, preço público e despesas condominiais .....	357
48.12.5.4.	Crédito hipotecário .....	358
48.12.5.5.	Crédito resultante da sentença penal condenatória.....	359
48.12.5.6.	Crédito decorrente de fiança locatícia.....	360

<i>Subseção III – Invalidação da penhora</i> .....	361
49. Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem .....	361
50. Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade .....	362
<b>§ 12.º Fraude na Execução</b> .....	363
51. Conceito e natureza da fraude contra execução .....	363
52. Requisitos da fraude contra execução .....	368
52.1. Litispendência como elemento da fraude .....	368
52.2. Frustração do meio executório como elemento da fraude .....	372
53. Tipicidade da fraude contra o processo executivo .....	373
53.1. Pendência de ação fundada em direito real ou reipersecutória .....	375
53.2. Registro da pendência da execução .....	377
53.3. Registro da hipoteca judiciária ou de constrição judicial .....	377
53.4. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insol- vência .....	385
53.5. Transferência da impenhorabilidade da residência familiar .....	387
53.6. Demais casos e fraude na execução fiscal .....	388
54. Procedimento da declaração de existência da fraude contra execução .....	389
55. Efeitos da declaração de existência da fraude contra execução .....	392
<b>§ 13.º Obrigações e Execução</b> .....	393
56. Título executivo e obrigação .....	393
57. Classificação das obrigações na lei processual .....	394
57.1. Obrigações líquidas e ilíquidas .....	397
57.2. Obrigações conjuntivas e alternativas .....	398
57.3. Obrigações condicionais e a termo .....	399
57.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis .....	400
<b>§ 14.º Liquidação do Título Judicial</b> .....	401
58. Conceito e natureza da liquidação .....	401
59. Causa da liquidação .....	403
59.1. Proibição da condenação genérica .....	405
59.2. Liquidez e espécies de obrigação .....	407
59.3. Casos de liquidação obrigatória .....	407
59.4. Liquidação e título extrajudicial .....	408

60. Liquidação e inexistência da obrigação .....	409
61. Pressupostos processuais na liquidação .....	410
62. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação .....	412
63. Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência...	413
63.1. Coisa julgada resultante da liquidação .....	413
63.2. Correção do erro material .....	414
63.3. Renovação da liquidação .....	416
63.4. Sucumbência na liquidação .....	416
64. Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título .....	417
65. Liquidação e espécies de execução .....	418
66. Liquidação por cálculo .....	419
66.1. Natureza da liquidação por cálculo .....	419
66.2. Âmbito da liquidação por cálculo .....	424
66.3. Elementos da liquidação por cálculo .....	424
66.4. Requisitos da planilha na liquidação por cálculo .....	427
66.5. Recursos na liquidação por cálculo .....	429
67. Liquidação por arbitramento .....	430
68. Liquidação por artigos .....	432
69. Princípio da fidelidade ao título .....	435
<b>§ 15.º Cumulação de Execuções .....</b>	<b>437</b>
70. Natureza e efeitos da cumulação de execuções .....	437
71. Requisitos da cumulação inicial de execuções .....	438
71.1. Identidade de partes .....	439
71.2. Identidade de competência .....	439
71.3. Identidade de meios executórios .....	440
72. Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências .....	441
73. Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas .....	443
<b>§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado .....</b>	<b>444</b>
74. Natureza do cumprimento por iniciativa do obrigado .....	444
75. Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado .....	445
75.1. Cabimento do cumprimento voluntário .....	446
75.2. Legitimidade da parte e de terceiro .....	447
75.3. Momento do cumprimento voluntário .....	447

75.4.	Pressupostos processuais e competência.....	448
75.5.	Intimação e atitudes do credor .....	448
75.6.	Efeitos do depósito.....	448
75.7.	Resolução do incidente.....	449
<b>§ 17.º</b>	<b>Cumprimento Provisório .....</b>	<b>449</b>
76.	Fundamentos e conceito do cumprimento provisório de título judicial.....	449
76.1.	Caráter definitivo da execução de título extrajudicial.....	452
76.2.	Particularidades da execução definitiva de título judicial .....	453
76.2.1.	Execução definitiva do capítulo da sentença.....	454
76.2.2.	Execução definitiva na pendência de rescisória.....	454
76.2.3.	Execução definitiva da interlocutória e da tutela provisória.....	455
76.3.	Particularidades da execução provisória de título judicial.....	458
77.	Regime do cumprimento provisório do título judicial .....	461
77.1.	Escolha do meio executório no cumprimento provisório .....	462
77.2.	Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provisório.....	462
77.3.	Pressupostos da satisfação do exequente no cumprimento provisório.....	464
77.3.1.	Particularidades da caução no cumprimento provisório	465
77.3.2.	Dispensa da caução no cumprimento provisório .....	466
77.4.	Restituição ao estado anterior desfeito o cumprimento provisório...	469
78.	Procedimento do cumprimento provisório do título judicial.....	471
78.1.	Oportunidade do cumprimento provisório .....	472
78.2.	Formação de autos próprios no cumprimento provisório .....	472
78.3.	Adimplemento do executado no cumprimento provisório.....	474
78.4.	Prestação de caução no cumprimento provisório.....	474
78.5.	Extinção do cumprimento provisório.....	475
78.6.	Cabimento da impugnação do executado.....	476
78.7.	Cabimento de honorários advocatícios no cumprimento provisório.....	477
<b>§ 18.º</b>	<b>Medidas de Urgência na Execução .....</b>	<b>477</b>
79.	Tutela provisória da atividade executiva.....	477
80.	Momento e procedimento das medidas de urgência .....	481

<b>§ 19.º Responsabilidade do Exequente .....</b>	<b>482</b>
81. Responsabilidade do exequente na execução .....	482
81.1. Natureza da responsabilidade do exequente .....	482
81.2. Elementos da responsabilidade do exequente.....	483
81.3. Extensão da responsabilidade perante terceiros .....	485
81.4. Efeitos da responsabilidade do exequente .....	485
<b>§ 20.º Comportamento Processual do Executado.....</b>	<b>486</b>
82. Lealdade processual no processo executivo .....	486
83. Tipicidade do comportamento processual .....	488
84. Efeitos da deslealdade do executado .....	492

## **Título II – Relação processual executiva**

<b>5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO .....</b>	<b>495</b>
<b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>496</b>
<b>§ 21.º Pressupostos Processuais.....</b>	<b>496</b>
85. Pressupostos processuais e demanda executória.....	496
86. Conceito de pressupostos processuais.....	498
87. Classificação dos pressupostos processuais .....	500
88. Controle dos pressupostos processuais .....	501
88.1. Oportunidade de controle dos pressupostos processuais.....	502
88.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais .....	503
<b>SEÇÃO II – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DO JUÍZO.....</b>	<b>504</b>
<b>§ 22.º Jurisdição .....</b>	<b>504</b>
89. Existência de jurisdição e processo executivo .....	504
89.1. Órgãos especiais de jurisdição .....	505
89.2. Natureza do ato jurisdicional .....	506
90. Limites e controle da jurisdição no processo executivo .....	508
<b>§ 23.º Competência .....</b>	<b>510</b>
91. Competência na execução .....	510
91.1. Massa de lides e sua distribuição.....	510

91.2.	Conceito de competência .....	511
91.3.	Identificação dos órgãos jurisdicionais .....	512
91.4.	Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão.....	512
91.5.	Provocação do processo e problema de competência .....	513
91.6.	Espécies de competência.....	513
92.	Competência na execução fundada em título judicial .....	515
92.1.	Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau .....	515
92.2.	Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau.....	517
92.3.	Execução do título produzido no juízo arbitral .....	521
92.4.	Execução do título produzido no juízo penal .....	522
92.5.	Execução do título estrangeiro .....	522
93.	Competência na execução fundada em título extrajudicial.....	523
93.1.	Competência geral na execução de título extrajudicial .....	523
93.1.1.	Competência interna .....	524
93.1.2.	Competência internacional.....	526
93.2.	Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa ....	526
93.3.	Competência na execução coletiva.....	529
94.	Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência.....	529
95.	Controle da competência na execução .....	531
95.1.	Cabimento da alegação de incompetência nas execuções individual e coletiva .....	532
95.2.	Momento e forma da alegação de incompetência .....	532
95.3.	Procedimento e efeito da alegação de incompetência .....	533
<b>§ 24.º</b>	<b>Imparcialidade .....</b>	<b>534</b>
96.	Imparcialidade do juiz na execução .....	534
97.	Causas de frustração da imparcialidade .....	537
98.	Controle da imparcialidade na execução.....	540
98.1.	Cabimento da exceção de parcialidade .....	540
98.2.	Âmbito subjetivo da exceção de parcialidade .....	541
98.3.	Momento e forma da exceção de parcialidade.....	541
98.4.	Procedimento e efeito da exceção de parcialidade .....	543

<b>SEÇÃO III – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS DAS PARTES ....</b>	<b>544</b>
99. Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais .....	544
<b>§ 25.º Personalidade Processual .....</b>	<b>547</b>
100. Personalidade processual no processo executivo .....	547
101. Controle da falta de personalidade processual .....	549
<b>§ 26.º Capacidade Processual .....</b>	<b>549</b>
102. Capacidade processual na execução .....	549
102.1. Capacidade processual plena .....	550
102.2. Capacidade processual relativa e assistência .....	551
102.3. Incapacidade processual e representação .....	551
103. Integração da capacidade processual .....	551
103.1. Integração da capacidade processual pelo cônjuge .....	552
103.2. Integração da capacidade processual por curador especial .....	552
104. Intervenção do Ministério Público .....	554
105. Controle dos defeitos de capacidade processual .....	555
105.1. Momento de verificação do defeito .....	555
105.2. Iniciativa do conhecimento do defeito .....	555
105.3. Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação .....	555
105.4. Perda superveniente da capacidade processual .....	556
105.5. Efeitos da inércia do interessado .....	556
105.6. Efeitos do saneamento do defeito .....	556
<b>§ 27.º Capacidade Postulatória .....</b>	<b>557</b>
106. Função pública do advogado e processo executivo .....	557
106.1. Atos privativos de advogado na execução .....	559
106.2. Prova da outorga do mandato .....	559
106.3. Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória .....	560
107. Controle dos defeitos de capacidade postulatória .....	561
107.1. Momento de verificação do defeito relativo à capacidade postulatória .....	561
107.2. Conhecimento de ofício do defeito relativo à capacidade postulatória .....	561

107.3.	Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória .....	561
107.4.	Efeitos da inércia do interessado .....	562
107.5.	Efeitos do saneamento pelo interessado .....	562
<b>§ 28.º</b>	<b>Legitimidade .....</b>	<b>562</b>
	<i>Subseção I – Noções gerais .....</i>	<i>562</i>
108.	Partes legítimas na execução .....	562
109.	Parte e terceiro na execução .....	565
110.	Litisconsórcio ativo e passivo na execução .....	568
111.	Intervenção de terceiros na execução .....	571
112.	Classificação da legitimidade de parte na execução .....	572
	<i>Subseção II – Legitimidade ativa .....</i>	<i>574</i>
113.	Legitimidade ativa ordinária primária .....	574
114.	Legitimidade ativa ordinária superveniente .....	576
114.1.	Legitimidade superveniente do ofendido .....	576
114.2.	Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor .....	577
114.3.	Legitimidade superveniente do cessionário .....	577
114.4.	Legitimidade superveniente do sub-rogado .....	579
114.5.	Legitimidade superveniente do cidadão .....	579
115.	Legitimidade ativa extraordinária .....	580
115.1.	Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva .....	580
115.2.	Legitimidade extraordinária autônoma concorrente .....	580
	<i>Subseção III – Legitimidade passiva .....</i>	<i>582</i>
116.	Legitimidade passiva ordinária primária .....	582
117.	Legitimidade passiva ordinária superveniente .....	583
117.1.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor ....	583
117.2.	Legitimidade passiva do novo devedor .....	585
118.	Legitimidade passiva extraordinária .....	586
118.1.	Legitimidade extraordinária do fiador .....	587
118.2.	Legitimidade extraordinária do proprietário do bem gravado ...	590
118.3.	Legitimidade extraordinária do responsável tributário .....	590
118.4.	Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular .....	593

118.5.	Legitimidade extraordinária do sócio e dos responsáveis em geral .....	594
118.6.	Legitimidade extraordinária do cônjuge.....	595
118.7.	Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador .....	596
119.	Assistência na execução .....	596

#### **SEÇÃO IV – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL .....**

##### **§ 29.º Litispendência.....**

120.	Litispendência na execução .....	598
121.	Controle da litispendência na execução .....	602

##### **§ 30.º Coisa Julgada .....**

122.	Coisa julgada na execução .....	603
123.	Controle da coisa julgada na execução .....	608

##### **§ 31.º Perempção.....**

124.	Perempção na execução .....	608
------	-----------------------------	-----

##### **§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas .....**

125.	Pagamento ou depósito prévio da sucumbência.....	609
126.	Caução para garantir custas e honorários na execução .....	611

#### **SEÇÃO V – DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTRÍNSECOS À RELAÇÃO PROCESSUAL .....**

##### **§ 33.º Invalidades .....**

127.	Invalidades no processo executivo .....	612
127.1.	Classificação das invalidades.....	613
127.2.	Nulidades cominada e não cominada.....	615
128.	Nulidades cominadas no processo executivo.....	616
128.1.	Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo .....	616
128.2.	Citação inexistente ou nula do executado.....	617
128.3.	Verificação do termo ou condição .....	617
129.	Momento, forma e preclusão do controle das invalidades .....	617
130.	Adequação do procedimento .....	618

<b>6. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>	<b>621</b>
<b>SEÇÃO I – PETIÇÃO INICIAL DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>621</b>
<b>§ 34.º Princípio da Demanda .....</b>	<b>621</b>
131. Impulso da parte na execução .....	621
132. Impulso oficial na execução .....	625
133. Petição inicial da execução .....	626
<b>§ 35.º Requisitos da Petição Inicial .....</b>	<b>628</b>
134. Requisitos gerais da petição inicial .....	628
134.1. Identificação e qualificação das partes.....	631
134.2. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido .....	634
134.3. Pedido na execução .....	634
134.4. Indicação do valor da causa .....	637
134.5. Instrução da petição inicial.....	639
134.5.1. Ônus de exibição do título executivo .....	639
134.5.2. Prova do termo ou da condição.....	640
134.5.3. Prova da prestação nas obrigações bilaterais.....	641
134.5.4. Ônus de exibição do demonstrativo do débito.....	643
135. Requisitos especiais da petição inicial .....	644
135.1. Indicação da espécie de execução .....	645
135.2. Intimação dos titulares de direito real de garantia e de outros direitos.....	646
135.3. Requerimento e modos de citação do executado .....	647
135.4. Indicação de bens passíveis de constrição .....	650
135.5. Requerimento de investigação de ativos financeiros .....	650
135.6. Requerimento de concessão do benefício da gratuidade .....	654
135.7. Pedido de medidas de urgência.....	654
136. Requisitos formais da petição inicial.....	655
136.1. Forma da petição inicial.....	655
136.2. Datação da petição inicial .....	655
136.3. Autenticação da petição inicial .....	655
136.4. Indicação do endereço do advogado do exequente .....	656
136.5. Produção dos documentos indispensáveis.....	656
136.6. Duplicação da petição inicial .....	657

<b>§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória .....</b>	<b>657</b>
137. Propositura da execução.....	657
138. Efeitos da propositura da execução.....	659
138.1. Prevenção no processo executivo.....	659
138.2. Litispendência .....	660
138.3. Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....	660
138.4. Constituição em mora do executado.....	661
138.5. Prescrição da pretensão a executar .....	662
138.6. Averbação do ajuizamento da execução .....	665
138.6.1. Natureza da averbação .....	666
138.6.2. Procedimento da averbação .....	667
138.6.3. Efeitos da averbação do ajuizamento .....	668
138.6.4. Responsabilidade do exequente pela averbação indevida.....	669
139. Ônus de averbação da propositura e das constrações .....	669
<b>SEÇÃO II – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>670</b>
<b>§ 37.º Emendas da Petição Inicial .....</b>	<b>670</b>
140. Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....	670
141. Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento .....	672
<b>§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial .....</b>	<b>673</b>
142. Extinção liminar do processo executivo.....	673
143. Pronunciamento extintivo e recurso cabível .....	675
<b>§ 39.º Deferimento Liminar da Execução .....</b>	<b>676</b>
144. Deferimento da inicial e citação do executado.....	676
<b>7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>	<b>679</b>
<b>§ 40.º Noções Gerais.....</b>	<b>679</b>
145. Crises da relação processual.....	679
146. Conceito e objeto da suspensão do processo .....	683
147. Classificação dos eventos suspensivos do processo.....	685
148. Meios executórios e suspensão do processo executivo.....	686

<b>§ 41.º Suspensão Obrigatória</b> .....	687
149. Princípio da taxatividade: casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória.....	687
150. Casos comuns de suspensão obrigatória .....	689
150.1. Morte ou perda da capacidade processual da parte .....	689
150.2. Morte ou perda da capacidade processual do representante ....	691
150.3. Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado.....	692
150.4. Exceção de impedimento e de suspeição.....	693
150.4.1. Âmbito da exceção de parcialidade na execução.....	694
150.4.2. Oportunidade da exceção de parcialidade na execução.....	694
150.4.3. Concessão do efeito suspensivo da exceção de parcialidade.....	695
150.5. Pendência de eventos externos.....	696
150.6. Prejudicialidade externa na execução.....	697
150.7. Força maior suspensiva.....	699
150.8. Casos comuns atípicos de suspensão obrigatória .....	700
150.8.1. Suspensão no caso do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	700
150.8.2. Suspensão no caso da verificação da capacidade do executado .....	700
150.8.3. Suspensão no caso de atentado .....	701
150.8.4. Suspensão no caso das férias forenses.....	702
150.8.5. Suspensão no caso de conflito de competência.....	703
150.9. Suspensão em caso de maternidade ou de paternidade.....	704
151. Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória da execução .....	705
152. Efeito suspensivo da impugnação do executado.....	706
152.1. Necessidade de requerimento do executado.....	707
152.2. Caráter ope judicis da suspensão .....	707
152.3. Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação .....	708
152.4. Contracautela do exequente e prosseguimento da execução....	709
152.5. Recurso cabível do incidente de suspensão.....	710
153. Efeito suspensivo dos embargos à execução .....	711

153.1.	Necessidade de requerimento do executado.....	712
153.2.	Caráter ope iudicis da suspensão .....	713
153.3.	Pressupostos da concessão de efeito suspensivo aos embargos .....	713
153.4.	Modificação e revogação do efeito suspensivo .....	715
153.5.	Recurso cabível no incidente de suspensão.....	715
154.	Efeito suspensivo dos embargos de terceiro .....	716
155.	Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro).....	718
156.	Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral .....	719
157.	Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz .....	719
158.	Falta de bens penhoráveis.....	720
159.	Frustração da alienação coativa .....	724
160.	Efeito suspensivo do parcelamento limitado .....	725
160.1.	Âmbito da suspensão dilatória da execução.....	725
160.2.	Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória.....	727
160.3.	Efeito da postulação do executado da suspensão dilatória.....	727
160.4.	Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória....	728
160.5.	Contraditório na postulação da suspensão dilatória.....	730
160.6.	Efeitos do deferimento da suspensão dilatória.....	731
160.7.	Cessação da suspensão dilatória da execução.....	731
161.	Falta de localização do executado .....	732
162.	Suspensão cautelar da execução .....	732
163.	Suspensão da insolvência civil .....	735
	<b>§ 42.º Suspensão Voluntária .....</b>	<b>735</b>
164.	Suspensão convencional genérica.....	735
165.	Suspensão dilatória ilimitada da execução.....	736
	<b>§ 43.º Conversão da Execução .....</b>	<b>739</b>
166.	Frustração da execução específica e conversão da execução .....	739
	<b>§ 44.º Efeitos da Suspensão .....</b>	<b>740</b>
167.	Efeitos da suspensão do processo executivo.....	740

<b>8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b> .....	743
<b>§ 45.º Noções Gerais</b> .....	743
168. Natureza do ato extintivo da execução .....	743
169. Causas da sentença na execução .....	746
170. Forma da sentença na execução .....	748
171. Eficácia da sentença na execução .....	751
172. Classificação das sentenças na execução .....	753
173. Recurso cabível contra a sentença na execução .....	754
<b>§ 46.º Extinção Própria</b> .....	754
174. Cumprimento espontâneo da obrigação .....	754
174.1. Cumprimento voluntário na execução em geral .....	755
174.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução) .....	757
174.2.1. Distinção da remição da execução das figuras afins ....	757
174.2.2. Procedimento da remição da execução .....	758
174.2.2.1. Oportunidade da remição da execução ...	759
174.2.2.2. Legitimidade para remir a execução .....	760
174.2.2.3. Oposição do exequente à remição da execução .....	760
174.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução .....	760
174.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução .....	761
174.2.2.6. Efeitos da remição da execução .....	761
175. Cumprimento forçado da obrigação .....	762
<b>§ 47.º Extinção Imprópria</b> .....	763
176. Indeferimento da petição inicial .....	763
177. Abandono bilateral .....	765
178. Abandono unilateral .....	766
179. Desistência da execução .....	767
180. Ausência de pressuposto processual .....	770

180.1.	Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar incidental .....	770
180.2.	Casos de ausência de pressupostos da pretensão a executar .....	772
181.	Ausência de interesse processual e de legitimidade .....	774
182.	Intransmissibilidade do objeto litigioso .....	775
183.	Confusão entre exequente e executado .....	776
184.	Causas processuais específicas .....	776
184.1.	Ausência de litisconsorte necessário.....	777
184.2.	Ausência de pressuposto processual subjetivo.....	778
184.3.	Ausência de pressuposto processual objetivo extrínseco .....	778
185.	Execução infrutífera, prescrição intercorrente e inutilidade da tutela .....	778
186.	Liberação do executado .....	779
<b>§ 48.º</b>	<b>Despesas Processuais e Honorários na Execução .....</b>	<b>781</b>
187.	Responsabilidade por despesas processuais.....	781
187.1.	Conceito e classificação das despesas .....	781
187.2.	Dever de o exequente antecipar as despesas .....	784
187.3.	Responsabilidade geral do executado .....	784
187.4.	Concessão do benefício da gratuidade ao executado.....	786
187.5.	Despesas processuais da Fazenda Pública.....	788
188.	Honorários de advogado na execução .....	789
188.1.	Cabimento dos honorários .....	791
188.2.	Momento da fixação .....	796
188.3.	Montante dos honorários.....	797
188.4.	Natureza do provimento e recurso .....	799
189.	Responsabilidade da parte vencida .....	799

### **Título III – Procedimentos executivos comuns**

<b>9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA .....</b>	<b>801</b>
<b>SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR DESAPOSSAMENTO .....</b>	<b>801</b>
<b>§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento .....</b>	<b>801</b>
190. Abrangência desapossamento .....	801

191. Certeza da coisa no desapossamento .....	805
192. Objeto do desapossamento .....	806
193. Título executivo na execução para entrega de coisa .....	806
<b>SEÇÃO II – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA .....</b>	<b>808</b>
<b>§ 50.º Procedimento da Execução do Título Judicial .....</b>	<b>808</b>
194. Impulso do exequente na execução para entrega de coisa .....	808
195. Individualização da coisa .....	809
196. Prazo de entrega da coisa .....	809
197. Depósito do valor das benfeitorias indenizáveis .....	810
198. Prosseguimento da execução .....	812
<b>§ 51.º Procedimento da Execução do Título Extrajudicial .....</b>	<b>812</b>
199. Liquidação das benfeitorias .....	812
199.1. Abrangência da liquidação prévia .....	813
199.2. Forma da liquidação prévia .....	813
199.3. Embargos de retenção .....	814
200. Petição inicial da execução para entrega de coisa .....	816
201. Provimento liminar (fixação de honorários e de multa pecuniária) .....	816
202. Atitudes do executado na execução para entrega de coisa .....	818
203. Frustração da execução específica .....	820
204. Desapossamento da coisa litigiosa .....	821
205. Levantamento da coisa na pendência de embargos .....	823
206. Extinção da execução .....	824
<b>SEÇÃO III – EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA .....</b>	<b>824</b>
<b>§ 52.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta .....</b>	<b>824</b>
207. Objeto do desapossamento na execução para entrega de coisa incerta ...	824
208. Individualização no cumprimento da sentença .....	825
<b>§ 53.º Procedimento da Execução de Entrega de Coisa Incerta .....</b>	<b>825</b>
209. Incidente de individualização da coisa .....	825
209.1. Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha...	826
209.2. Impugnação à escolha .....	826
210. Prosseguimento da execução .....	827

<b>10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER .....</b>	<b>829</b>
<b>§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais .....</b>	<b>830</b>
211. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais .....	830
212. Título executivo da obrigação de fazer .....	832
213. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade .....	833
<b>SUBCAPÍTULO I – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL .....</b>	<b>834</b>
<b>§ 55.º Procedimento da Execução de Título Judicial .....</b>	<b>834</b>
214. Conteúdo do título executivo judicial .....	834
215. Impulso da parte na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	835
216. Provimento liminar na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	836
217. Efeitos do descumprimento doloso da obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	837
218. Defesa do executado na execução de obrigação de fazer e de não fazer de título judicial .....	838
<b>SUBCAPÍTULO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>838</b>
<b>§ 56.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial .....</b>	<b>838</b>
219. Fundamento do meio executório da coerção patrimonial .....	838
220. Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial .....	842
221. Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública .....	843
<b>§ 57.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial .....</b>	<b>845</b>
222. Aplicação da pena pecuniária .....	845
222.1. Desnecessidade da iniciativa da parte .....	845
222.2. Valor da multa pecuniária .....	847
222.3. Duração da multa pecuniária .....	848
222.4. Modificação e exclusão da pena pecuniária .....	849
222.5. Pena pecuniária e perdas e danos .....	853
222.6. Opção por outro meio executório .....	854
223. Desenvolvimento e extinção da execução .....	854

<b>SUBCAPÍTULO III – EXECUÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO</b> .....	856
<b>SEÇÃO I – OBRIGAÇÃO FUNGÍVEL</b> .....	856
<b>§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível</b> .....	856
<i>Subseção I – Fase postulatória</i> .....	856
224. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento .....	856
224.1. Heterogeneidade do prazo .....	857
224.2. Modos de fixação do prazo .....	857
224.3. Prorrogação do prazo .....	858
224.4. Inserção do prazo no mandado executivo .....	858
224.5. Fixação dos honorários advocatícios .....	858
224.6. Natureza do ato decisório e recurso .....	859
225. Caracterização e determinação do fazer .....	859
226. Atitudes do executado após a citação .....	860
226.1. Efeitos do cumprimento total e parcial .....	860
226.2. Inércia do executado .....	861
226.3. Oposição do executado e seu prazo .....	861
<i>Subseção II – Fase instrutória</i> .....	862
227. Atitudes do exequente após o descumprimento .....	862
227.1. Conversão do procedimento .....	862
227.2. Execução por terceiro .....	863
227.2.1. Definição da fungibilidade .....	864
227.2.2. Efetivação extrajudicial .....	864
227.2.3. Escolha do terceiro .....	865
227.2.4. Apresentação da proposta e manifestação das partes ...	866
227.2.5. Preferência do exequente e formalização do negócio ...	866
227.2.6. Adjuntamento do preço .....	866
<i>Subseção III – Incidentes da transformação</i> .....	867
228. Retratação da execução específica .....	867
229. Insucesso na escolha do terceiro .....	867
230. Execução de custeamento .....	868
231. Execução pelo exequente .....	869

231.1.	Prazo para exercer o direito de preferência .....	869
231.2.	Despesas da execução .....	869
231.3.	Prazo de execução .....	869
231.4.	Custeamento da execução .....	870
231.5.	Verificação do cumprimento .....	870
232.	Descumprimento do terceiro contratado .....	870
232.1.	Prazo de reclamação .....	870
232.2.	Contraditório no incidente .....	871
232.3.	Nova execução de custeamento .....	871
232.4.	Responsabilidade subsidiária do executado .....	872
232.5.	Extinção imprópria da execução .....	872
	<i>Subseção IV – Fase final</i> .....	872
233.	Controle da prestação de fazer .....	872
233.1.	Casos de cabimento do controle .....	873
233.2.	Procedimento do controle .....	873
234.	Extinção da execução da obrigação de fazer fungível .....	874
	<b>SEÇÃO II – OBRIGAÇÃO INFUNGÍVEL</b> .....	874
	<b>§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível</b> .....	874
235.	Infungibilidade da obrigação de fazer .....	874
235.1.	Pessoalidade do fazer .....	875
235.2.	Licença administrativa .....	876
235.3.	Prazo de cumprimento .....	876
235.4.	Oposição do executado .....	876
236.	Liquidação e execução das perdas e danos .....	877
	<b>SEÇÃO III – OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER</b> .....	877
	<b>§ 60.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa</b> .....	877
	<i>Subseção I – Noções gerais</i> .....	877
237.	Execução específica das obrigações negativas .....	877
237.1.	Título executivo da prestação negativa .....	879
237.2.	Objeto da obrigação negativa .....	879
238.	Comprovação do fato indébito .....	880

<i>Subseção II – Procedimento do desfazer</i> .....	880
239. Procedimento da execução para desfazer .....	880
239.1. Prazo de desfazimento .....	881
239.2. Caracterização e determinação do desfazer .....	881
239.3. Citação e atitudes do executado .....	881
239.4. Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa .....	882
240. Conversão do procedimento executivo .....	882
241. Extinção da execução .....	882
<b>SEÇÃO IV – OBRIGAÇÃO DE DECLARAR A VONTADE</b> .....	883
<b>§ 61.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade</b> .....	883
<i>Subseção I – Noções gerais</i> .....	883
242. Fungibilidade da declaração de vontade .....	883
243. Natureza da ação nascente do contrato preliminar .....	885
243.1. Título da substituição .....	885
243.2. Objeto da declaração de vontade .....	887
243.3. Formulação do pedido e sua correção .....	888
244. Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares .....	889
245. Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado .....	892
245.1. Modalidade dos atos executivos .....	893
245.2. Possibilidade da execução da sentença substitutiva .....	893
245.3. Desapossamento do vencido .....	894
245.4. Aplicação do meio executório da coação patrimonial .....	895
<i>Subseção II – Execução específica do compromisso</i> .....	896
246. Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda .....	896
247. Forma do contrato preliminar de compra e venda .....	896
248. Quitação do preço e sua oportunidade no contrato preliminar de compra e venda .....	897
249. Irretratabilidade e arrependimento no contrato preliminar de compra e venda .....	897
250. Registro do contrato preliminar de compra e venda .....	898
251. Outorga uxória e eficácia condenatória .....	900

<b>11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....</b>	<b>901</b>
<b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>903</b>
<b>§ 62.º Obrigação Pecuniária .....</b>	<b>903</b>
252. Obrigação pecuniária e expropriação .....	903
252.1. Atributos da obrigação pecuniária .....	905
252.2. Espécies de prestações pecuniárias .....	906
252.3. Reajuste das prestações pecuniárias .....	907
253. Expropriação singular e coletiva .....	908
254. Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento .....	909
<b>SEÇÃO II – FASE INICIAL DA EXPROPRIAÇÃO.....</b>	<b>911</b>
<i>Subseção I – Execução de Título Judicial.....</i>	<i>911</i>
<b>§ 63.º Cumprimento da Sentença.....</b>	<b>911</b>
255. Iniciativa da parte na execução de título judicial.....	911
256. Intimação do executado na execução de título judicial .....	913
256.1. Modos e destinatários da intimação.....	913
256.2. Contagem do prazo e alternativas .....	914
257. Atitudes do executado após a intimação.....	915
258. Controle oficial do valor da dívida.....	915
<i>Subseção II – Execução de Título Extrajudicial .....</i>	<i>917</i>
<b>§ 64.º Citação do Executado .....</b>	<b>917</b>
259. Ajuizamento da demanda executória .....	917
260. Citação do executado na expropriação .....	918
260.1. Modos de citação .....	918
260.2. Contagem do prazo e alternativas .....	919
<b>§ 65.º Pagamento.....</b>	<b>921</b>
261. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado .....	921
262. Solução do incidente de cumprimento e recurso próprio .....	923
<b>§ 66.º Pré-Penhora .....</b>	<b>924</b>
263. Natureza e finalidade da pré-penhora .....	924

264.	Procedimento da pré-penhora .....	925
264.1.	Pressupostos objetivos da pré-penhora .....	926
264.2.	Forma da pré-penhora .....	926
264.3.	Citação do executado .....	926
264.4.	Pagamento superveniente .....	927
264.5.	Intimação da conversão em penhora .....	928
264.6.	Caducidade da pré-penhora .....	928
<b>§ 67.º</b>	<b>Penhora e Depósito .....</b>	<b>929</b>
	<i>Subseção III – Penhora em Geral.....</i>	<i>929</i>
265.	Natureza jurídica da penhora .....	929
266.	Conceito de penhora .....	932
267.	Termo inicial e eficácia erga omnes da penhora.....	933
268.	Efeitos da penhora no plano material .....	933
268.1.	Ineficácia relativa dos atos de disposição.....	934
268.2.	Reorganização da posse .....	936
268.3.	Perda do direito de fruição .....	937
269.	Efeitos da penhora no plano processual .....	938
269.1.	Individualização de bens no patrimônio do executado .....	938
269.2.	Conservação dos bens penhorados.....	939
269.3.	Direito de preferência.....	939
269.4.	Desencadeamento das técnicas expropriatórias.....	940
270.	Extensão da penhora (frutos, acessões, pertencas e plantações).....	940
271.	Formas de documentação da penhora .....	941
	<i>Subseção IV – Procedimento da penhora .....</i>	<i>942</i>
272.	Penhora por oficial de justiça.....	942
272.1.	Escolha do exequente e nomeação do executado .....	943
272.2.	Localização dos bens penhoráveis .....	944
272.2.1.	Localização de ativos financeiros .....	945
272.2.2.	Localização de outrós bens (requisição perante terceiros).....	946
272.3.	Ordem preferencial da penhora .....	947

272.4.	Exibição dos títulos de domínio.....	949
272.5.	Lugar da penhora.....	950
272.6.	Tempo da penhora.....	951
272.7.	Adequação da penhora.....	952
272.8.	Penhora de bem indivisível.....	953
272.9.	Avaliação do bem penhorado.....	954
273.	Resistência do executado.....	954
273.1.	Presunção de resistência.....	955
273.2.	Ordem de arrombamento.....	956
273.3.	Busca dos bens penhoráveis.....	956
273.4.	Auto de arrombamento.....	957
273.5.	Emprego da força policial.....	958
273.6.	Auto da ocorrência.....	959
274.	Elementos do auto ou termo de penhora.....	959
274.1.	Tempo e lugar da penhora.....	959
274.2.	Pertinência subjetiva da penhora.....	960
274.3.	Descrição dos bens penhorados.....	960
274.4.	Nomeação do depositário.....	961
274.5.	Laudo de avaliação.....	962
	<i>Subseção V - Depósito da coisa penhorada.....</i>	962
275.	Desapossamento da coisa penhorada.....	962
276.	Natureza jurídica do depósito.....	963
277.	Objeto do depósito.....	965
278.	Efeitos do depósito no plano material.....	966
278.1.	Guarda e conservação da coisa.....	966
278.2.	Administração da coisa.....	967
278.3.	Posse do depositário.....	967
278.4.	Restituição da coisa.....	968
	278.4.1. Cabimento da ação de depósito.....	968
	278.4.2. Incidente na execução.....	969
278.5.	Dever de prestar contas.....	971
279.	Efeitos do depósito no plano processual.....	971

279.1.	Remuneração do depositário.....	972
279.2.	Responsabilidade do depositário .....	973
280.	Nomeação do depositário.....	974
280.1.	Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos .....	976
280.2.	Depósito de móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos .....	976
280.3.	Depósito de imóveis rurais, direitos aquisitivos sobre imóveis rurais, máquinas, utensílios e equipamentos .....	977
281.	Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens .....	977
282.	Remoção do depositário .....	979
283.	Extinção do depósito .....	979
	<i>Subseção VI – Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira ...</i>	980
284.	Iniciativa do exequente na indisponibilidade de ativos financeiros .....	980
285.	Fundamento e natureza da indisponibilidade de ativos financeiros .....	981
286.	Deferimento da indisponibilidade de ativos financeiros.....	982
287.	Controle da legalidade da indisponibilidade de ativos financeiros .....	983
288.	Cancelamento e conversão da indisponibilidade em penhora.....	984
	<i>Subseção VII – Penhora de créditos.....</i>	985
289.	Introdução à penhora de créditos .....	985
290.	Existência do crédito e sua penhora .....	988
291.	Objeto da penhora de crédito .....	990
292.	Penhora de mão própria .....	991
293.	Procedimento da penhora de crédito.....	991
293.1.	Penhora através de oficial de justiça .....	991
293.2.	Individualização do crédito .....	992
293.3.	Pré-penhora do crédito .....	992
293.4.	Apreensão dos títulos e cópias .....	993
293.5.	Confissão do terceiro devedor .....	993
293.6.	Conteúdo da confissão do terceiro.....	994
293.7.	Negativa do terceiro devedor .....	995
293.8.	Incidente de declaração da existência do crédito.....	995
293.9.	Extinção do crédito e reflexos na penhora.....	996

294.	Técnicas de conversão do crédito penhorado .....	996
294.1.	Sub-rogação do crédito penhorado .....	997
294.2.	Alienação do crédito penhorado .....	998
295.	Penhora no rosto dos autos .....	999
295.1.	Conceito de direito litigioso .....	1000
295.2.	Forma da penhora no rosto dos autos .....	1000
295.3.	Penhora por dívida do autor da herança .....	1001
295.4.	Início da eficácia da penhora no rosto dos autos .....	1001
295.5.	Sub-rogação do direito litigioso .....	1002
296.	Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas .....	1002
297.	Penhora de direito a coisa determinada .....	1003
297.1.	Natureza da penhora .....	1003
297.2.	Objeto da penhora .....	1004
297.3.	Depósito da coisa .....	1004
297.4.	Sub-rogação do objeto da penhora .....	1004
297.5.	Técnicas de conversão do objeto da penhora .....	1004
297.6.	Direito sujeito a condição .....	1004
297.7.	Preferência na penhora de direito a coisa determinada .....	1005
	<i>Subseção VIII - Penhora de quotas e de ações de sociedades personificadas ...</i>	1005
298.	Penhora de quotas e de ações .....	1005
299.	Procedimento da liquidação do valor das quotas e das ações .....	1005
	<i>Subseção IX - Penhora de empresas, estabelecimentos, semoventes, navios e aeronaves .....</i>	1007
300.	Penhora de empresas e estabelecimentos .....	1007
301.	Administração da universalidade penhorada .....	1008
302.	Procedimento da penhora de universalidades .....	1009
302.1.	Escolha do administrador .....	1010
302.2.	Plano de administração .....	1010
302.3.	Plano de administração consensual .....	1011
302.4.	Controle do plano de administração .....	1011
302.5.	Destituição do administrador .....	1012
302.6.	Penhora dos edifícios em construção .....	1012
302.7.	Administração dos edifícios em construção .....	1012

303. Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autoriza da .....	1013
304. Penhora de navio e de aeronave .....	1014
304.1. Conceito de navio e de aeronave.....	1014
304.2. Natureza da penhora .....	1014
304.3. Seguro contra riscos .....	1015
<i>Subseção X – Penhora de percentual de faturamento de empresas.....</i>	<i>1016</i>
305. Penhora de percentual de faturamento de empresa .....	1016
306. Procedimento da penhora de percentual de faturamento de empresa ....	1016
<i>Subseção XI – Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....</i>	<i>1017</i>
307. Origem e natureza da penhora de frutos e de rendimentos.....	1017
308. Deferimento da penhora de frutos e de rendimentos .....	1018
309. Objeto da penhora de frutos e de rendimentos .....	1019
310. Pressupostos da penhora de frutos e de rendimentos.....	1020
310.1. Eficiência da penhora .....	1020
310.2. Menor gravame da penhora.....	1021
311. Efeitos da penhora de frutos e de rendimentos .....	1021
311.1. Momento do início da eficácia da penhora de frutos e de rendimentos.....	1021
311.2. Perda do poder de fruição do bem.....	1022
311.3. Temporariedade e natureza pro solvendo da apropriação .....	1023
311.4. Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio .....	1024
311.5. Nomeação de administrador .....	1024
311.6. Extensão dos poderes do administrador.....	1025
311.7. Pronunciamento judicial e recurso cabível .....	1025
312. Espécies de apropriação de frutos e de rendimentos.....	1026
313. Administração de frutos e de rendimentos.....	1026
313.1. Aprovação da forma de administração.....	1026
313.2. Administrador do imóvel arrendado.....	1026
313.3. Locação do móvel ou de imóvel .....	1027
314. Alienação forçada do bem na pendência da penhora de frutos e de rendimentos .....	1027
315. Recebimento das quantias e imputação em pagamento .....	1027

<i>Subseção XII – Incidentes da penhora</i> .....	1028
316. Substituição da penhora .....	1028
316.1. Legitimidade para requerer a substituição .....	1029
316.2. Fundamentos da substituição .....	1029
316.3. Momento da substituição .....	1032
316.4. Pressupostos da substituição requerida pelo executado .....	1033
316.5. Objeto da substituição.....	1035
316.5.1. Fiança bancária.....	1036
316.5.2. Seguro.....	1037
316.6. Contraditório na substituição.....	1037
316.7. Decisão do incidente de substituição.....	1038
316.8. Efeitos da substituição.....	1038
317. Ilegalidade da penhora .....	1039
317.1. Ilegalidade objetiva da penhora .....	1039
317.2. Ilegalidade subjetiva da penhora.....	1040
318. Renovação da penhora.....	1040
318.1. Casos de renovação da penhora .....	1041
318.1.1. Nulidade da penhora .....	1041
318.1.2. Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida .....	1041
318.1.3. Desistência da penhora .....	1042
318.2. Intimação do executado e embargos.....	1043
318.3. Despesas da renovação da penhora .....	1044
318.4. Responsabilidade do credor na renovação da penhora .....	1044
319. Alienação antecipada do bem penhorado.....	1044
319.1. Natureza da alienação antecipada.....	1044
319.2. Procedimento da alienação antecipada.....	1045
319.2.1. Requisitos da alienação antecipada .....	1045
319.2.2. Legitimidade para requerer a alienação antecipada... ..	1046
319.2.3. Modalidades de alienação antecipada.....	1046
319.2.4. Alienação antecipada no cumprimento provisório.....	1046
319.2.5. Contraditório e concordância do executado.....	1047
319.2.6. Efeitos da alienação antecipada.....	1047
319.2.7. Decisão do incidente e recurso .....	1048

320. Adequação da penhora .....	1048
321. Excesso de penhora e excesso de execução .....	1050
<i>Subseção XIII – Concurso especial de credores</i> .....	1051
322. Preferência emanada da penhora .....	1051
323. Pressupostos da preferência do credor penhorante.....	1053
323.1. Solvência do executado .....	1054
323.2. Inexistência de prelação.....	1055
324. Efeitos do concurso especial.....	1056
325. Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada .....	1057
326. Preferência em razão da averbação da penhora.....	1058
327. Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções .....	1060
328. Procedimento do concurso especial na fase inicial.....	1062
328.1. Pressupostos da reunião das execuções.....	1062
328.2. Obrigatoriedade da reunião das execuções.....	1063
328.3. Ciência da multiplicidade de penhoras .....	1064
328.4. Juízo competente para a reunião das execuções .....	1065
328.5. Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial .....	1068
328.6. Impulso processual da expropriação nas execuções singulares....	1068
328.7. Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum .....	1069
328.8. Destino autônomo das execuções no concurso especial .....	1070
<i>Subseção XIV – Intimação da penhora</i> .....	1070
329. Intimação do executado da penhora.....	1070
329.1. Dispensa da intimação do executado.....	1071
329.2. Modos de intimação do executado.....	1071
329.3. Destinatários da intimação .....	1072
330. Intimação da penhora de terceiros.....	1072
331. Intimação da penhora do cônjuge ou companheiro do executado.....	1073
331.1. Posição processual do cônjuge .....	1074
331.2. Embargos de terceiro do cônjuge .....	1075

331.3.	Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente .....	1075
331.4.	Preservação da meação individualmente sobre cada bem .....	1076
331.5.	Nulidade da execução pela falta de intimação do cônjuge .....	1077
<b>SEÇÃO III – FASE INSTRUTÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO .....</b>		<b>1078</b>
<b>§ 68.º Avaliação .....</b>		<b>1078</b>
332.	Importância e natureza da avaliação .....	1078
333.	Momento e lugar da avaliação .....	1079
334.	Avaliador judicial e avaliador perito .....	1080
335.	Casos de dispensa da avaliação .....	1083
335.1.	Concordância das partes .....	1084
335.2.	Títulos, mercadorias e ações cotados em bolsa .....	1084
335.3.	Bens de cotação usual no mercado .....	1085
336.	Procedimento da avaliação por avaliador .....	1085
336.1.	Laudo de avaliação .....	1086
336.2.	Conteúdo do laudo e critérios de avaliação .....	1086
336.2.1.	Valor segundo o custo .....	1087
336.2.2.	Valor segundo a renda .....	1087
336.2.3.	Valor segundo o mercado .....	1088
336.3.	Divisão cômoda de imóvel .....	1088
336.4.	Audiência das partes e decisão .....	1089
337.	Repetição da avaliação .....	1089
338.	Adequação da penhora .....	1091
<b>§ 69.º Alienação Forçada .....</b>		<b>1092</b>
339.	Natureza jurídica da alienação forçada .....	1092
340.	Efeitos da alienação forçada no plano material .....	1097
340.1.	Título da aquisição .....	1097
340.2.	Modo de aquisição .....	1099
340.3.	Responsabilidade tributária do adquirente .....	1099
340.4.	Vícios ocultos e aparentes da coisa .....	1101
340.5.	Evicção na alienação coativa .....	1101

340.6.	Alienação coativa de coisa locada.....	1104
340.7.	Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais.....	1106
340.8.	Alienação coativa de coisa comodada.....	1106
340.9.	Alienação forçada e frutos do bem.....	1107
340.10.	Posse da coisa adquirida.....	1108
340.11.	Purgação dos direitos reais de garantia.....	1109
340.12.	Traspasso dos direitos reais de gozo.....	1111
341.	Efeitos da alienação forçada no plano processual.....	1112
341.1.	Conversão coativa da penhora.....	1112
341.2.	Realização do preço.....	1112
342.	Legitimidade para arrematar.....	1113
342.1.	Legitimidade geral.....	1114
342.2.	Restrições à legitimidade.....	1115
	<b>§ 70.º Adjudicação.....</b>	<b>1117</b>
343.	Natureza jurídica da adjudicação.....	1117
344.	Objeto da adjudicação.....	1118
345.	Pressupostos da adjudicação.....	1119
345.1.	Preço não inferior ao da avaliação.....	1119
345.2.	Legitimidade para adjudicar.....	1121
346.	Procedimento da adjudicação.....	1124
346.1.	Oportunidade da adjudicação.....	1124
346.2.	Intimações prévias à adjudicação.....	1124
346.3.	Forma do requerimento de adjudicação.....	1125
346.4.	Intimação do executado.....	1126
346.5.	Multiplicidade de pretendentes.....	1126
346.6.	Auto de adjudicação.....	1128
346.7.	Recurso contra a decisão na adjudicação.....	1128
346.8.	Carta de adjudicação.....	1129
347.	Resgate do bem hipotecado adjudicado.....	1130
348.	Efeitos da adjudicação.....	1130
348.1.	Efeitos gerais da adjudicação.....	1131
348.2.	Efeitos particulares da remição.....	1131

<b>§ 71.º Alienação</b> .....	1132
349. Modalidades da alienação do bem penhorado .....	1132
<i>Subseção I – Alienação por iniciativa particular</i> .....	1133
350. Natureza da alienação por iniciativa particular.....	1133
351. Objeto e momento da alienação por iniciativa particular .....	1135
352. Procedimento da alienação por iniciativa particular .....	1135
352.1. Iniciativa do exequente .....	1136
352.2. Mediação facultativa de corretor ou de leiloeiro .....	1136
352.3. Condições do negócio.....	1138
352.4. Apresentação da proposta e contraditório.....	1140
352.5. Termo de alienação .....	1140
353. Incidentes da alienação por iniciativa particular .....	1140
354. Efeitos da alienação por iniciativa particular.....	1141
<i>Subseção II – Leilão Judicial</i> .....	1141
355. Oportunidade do leilão.....	1141
356. Modalidades de leilão .....	1142
357. Objeto e lugar do leilão.....	1143
358. Designação do leiloeiro.....	1144
359. Direitos e deveres do leiloeiro.....	1145
359.1. Publicação do edital .....	1145
359.2. Realização do leilão .....	1146
359.3. Exposição dos bens.....	1146
359.4. Remuneração do leiloeiro .....	1146
359.5. Depósito do preço.....	1148
359.6. Prestação de contas .....	1148
360. Condições do leilão .....	1149
361. Natureza e função do edital de arrematação .....	1149
362. Requisitos do edital .....	1150
362.1. Descrição do bem penhorado.....	1151
362.2. Valor do bem .....	1151
362.3. Lugar do bem penhorado.....	1152
362.4. Lugar, período ou data do leilão.....	1152

362.5.	Dia e hora da segunda licitação .....	1153
362.6.	Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente .....	1154
363.	Obrigatoriedade e expedição do edital .....	1155
364.	Publicidade ordinária do edital .....	1156
365.	Publicidade extraordinária do edital.....	1158
366.	Leilão conjunto.....	1159
367.	Transferência do leilão.....	1160
368.	Intimações prévias ao leilão.....	1162
368.1.	Intimação do executado.....	1162
368.1.1.	Destinatários da intimação .....	1163
368.1.2.	Forma da intimação.....	1164
368.2.	Intimação de terceiros .....	1165
369.	Forma do leilão .....	1166
370.	Direção do leilão.....	1168
371.	Ordem da arrematação .....	1168
372.	Preferência da arrematação em globo .....	1169
373.	Alienação de imóvel divisível.....	1170
373.1.	Comodidade da divisão.....	1170
373.2.	Requerimento do executado.....	1171
373.3.	Procedimento do leilão .....	1171
374.	Forma do remate .....	1172
374.1.	Licitação entre os pretendentes.....	1173
374.2.	Preferência na aquisição do bem tombado.....	1174
375.	Alienação por proposta escrita .....	1174
375.1.	Objeto da proposta escrita .....	1174
375.2.	Valor da proposta escrita .....	1175
375.3.	Condições da proposta escrita.....	1175
375.4.	Decisão acerca da proposta escrita e recurso .....	1175
375.5.	Efeitos da aceitação da proposta escrita.....	1176
376.	Arrematação pelo exequente.....	1176
376.1.	Limite mínimo do lance do credor .....	1177
376.2.	Exibição do preço pelo credor.....	1177

377.	Proibição da arrematação por preço vil .....	1178
377.1.	Definição de preço vil .....	1179
377.2.	Alegação do preço vil .....	1180
378.	Alienação de imóvel de incapaz .....	1181
378.1.	Prazo do adiamento .....	1181
378.2.	Administração do imóvel durante o adiamento .....	1181
378.3.	Alienação antes do término do adiamento .....	1182
378.4.	Alienação depois do encerramento do adiamento .....	1183
379.	Suspensão da arrematação .....	1183
380.	Encerramento da arrematação .....	1183
381.	Resgate do bem hipotecado arrematado .....	1184
382.	Auto de arrematação .....	1185
383.	Carta de arrematação .....	1186
383.1.	Oportunidade da expedição da carta de arrematação .....	1188
383.2.	Elementos da carta de arrematação .....	1188
383.2.1.	Descrição do imóvel .....	1188
383.2.2.	Prova da quitação dos impostos .....	1189
383.2.3.	Auto de arrematação .....	1189
383.2.4.	Identificação do arrematante .....	1190
383.2.5.	Assinatura da carta .....	1190
383.3.	Registro da carta de arrematação .....	1190
384.	Carta de arrematação de bens móveis .....	1191
385.	Desfazimento da arrematação .....	1191
385.1.	Causas de desfazimento da arrematação .....	1193
385.1.1.	Nulidade dos atos executórios .....	1194
385.1.2.	Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução .....	1195
385.1.3.	Existência de ônus real omitido no edital .....	1195
385.1.4.	Casos previstos explicitamente no Código .....	1195
385.1.5.	Casos previstos implicitamente no Código .....	1196
385.2.	Meios e momento do desfazimento .....	1196
385.3.	Efeitos do desfazimento .....	1197
385.3.1.	Efeitos perante o arrematante .....	1197

385.3.2. Efeitos perante o credor.....	1198
385.3.3. Efeitos perante os auxiliares do juízo.....	1198
385.4. Decisão do incidente e recurso.....	1198
386. Resolução da arrematação por inadimplemento.....	1199
<b>SEÇÃO IV – FASE FINAL DA EXPROPRIAÇÃO.....</b>	<b>1200</b>
<b>§ 72.º Satisfação do Crédito.....</b>	<b>1200</b>
387. Satisfação do exequente através da adjudicação.....	1200
388. Satisfação do exequente através da entrega do dinheiro ao credor.....	1201
389. Atribuição e distribuição do dinheiro.....	1202
390. Pressupostos da entrega do dinheiro.....	1203
391. Forma da entrega do dinheiro e quitação ao executado.....	1203
392. Custódia do dinheiro.....	1204
393. Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....	1205
393.1. Credores participantes do concurso especial.....	1206
393.2. Ordem dos credores no concurso especial.....	1208
393.2.1. Preferência material.....	1208
393.2.2. Preferência processual.....	1213
393.3. Natureza do concurso especial.....	1215
393.4. Limites à cognição no concurso especial.....	1216
394. Procedimento da fase final do concurso especial.....	1216
394.1. Competência no concurso especial.....	1217
394.2. Formulação das pretenções, produção de provas e julgamento....	1218
394.3. Distribuição parcial.....	1219
394.4. Distribuição amigável.....	1219
394.5. Natureza do ato que resolve o concurso.....	1219
394.6. Quitação ao executado e extinção do processo.....	1220
<b>12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PEÇUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE.....</b>	<b>1223</b>
<b>SEÇÃO I – NOÇÕES GERAIS.....</b>	<b>1224</b>
<b>§ 73.º Lineamentos da Insolvência Civil.....</b>	<b>1224</b>
395. Conceito e natureza da insolvência civil.....	1224
396. Caráter principal da insolvência civil.....	1228

<b>§ 74.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva</b> .....	1229
397. Requisito da insolvabilidade na execução coletiva.....	1229
398. Insolvência real.....	1231
399. Insolvência presumida.....	1232
<b>§ 75.º Particularidades da Insolvência Civil</b> .....	1234
400. Conflito entre falência e insolvência civil.....	1234
401. Aplicação da lei de falências ao concurso civil.....	1235
402. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva...	1236
403. Fases da insolvência civil.....	1237
<b>SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA EXECUÇÃO COLETIVA</b> .....	1238
<b>§ 76.º Título Executivo e Inadimplemento</b> .....	1238
404. Título e inadimplemento na execução coletiva.....	1238
404.1. Título executivo.....	1239
404.2. Inadimplemento.....	1239
<b>§ 77.º Capacidade Postulatória</b> .....	1240
405. Participação do advogado na insolvência civil.....	1240
<b>§ 78.º Competência na Insolvência Civil</b> .....	1241
406. Problema de competência na insolvência civil.....	1241
406.1. Competência na insolvência voluntária.....	1241
406.2. Competência na insolvência necessária.....	1242
406.3. Espécie de competência na insolvência.....	1242
407. Universalidade do juízo da insolvência.....	1243
<b>§ 79.º Legitimidade na Insolvência Civil</b> .....	1245
408. Legitimidade ativa na insolvência civil.....	1245
408.1. Legitimidade ativa do credor quirografário.....	1246
408.2. Legitimidade ativa do devedor.....	1248
408.3. Legitimidade ativa do espólio do devedor.....	1248
409. Legitimidade passiva na insolvência civil.....	1249
409.1. Legitimidade passiva do devedor civil.....	1249
409.2. Legitimidade passiva do espólio do devedor.....	1251

410. Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil .....	1251
411. Ministério Público na insolvência civil .....	1253
<b>SEÇÃO III – FASE INICIAL DA INSOLVÊNCIA</b> .....	<b>1254</b>
<b>§ 80.º Insolvência Necessária</b> .....	<b>1254</b>
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i> .....	<i>1254</i>
412. Requisitos da petição inicial .....	1254
412.1. Endereçamento da inicial .....	1254
412.2. Identificação das partes .....	1254
412.3. Causa de pedir na insolvência .....	1255
412.4. Pedido na insolvência civil .....	1257
412.5. Proposição de provas na insolvência civil .....	1257
412.6. Explicitação do valor da causa .....	1257
412.7. Requerimento e modos de citação do executado .....	1257
413. Efeitos da propositura da insolvência necessária .....	1257
<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....	<i>1258</i>
414. Emendas da petição inicial .....	1258
415. Indeferimento da petição inicial .....	1258
416. Deferimento da petição inicial .....	1259
<i>Subseção III – Instrução da fase inicial</i> .....	<i>1259</i>
417. Pagamento do executado .....	1259
418. Revelia do executado .....	1259
419. Reconhecimento do pedido .....	1260
420. Elisão do pedido através de depósito .....	1261
421. Embargos do executado na insolvência .....	1262
<i>Subseção IV – Julgamento da fase final</i> .....	<i>1263</i>
422. Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva .....	1263
<b>§ 81.º Insolvência Voluntária</b> .....	<b>1264</b>
<i>Subseção I – Formação do processo executivo</i> .....	<i>1264</i>
423. Requisitos da petição inicial .....	1264
423.1. Endereçamento da inicial .....	1266

423.2.	Identificação das partes.....	1266
423.3.	Causa de pedir na insolvência voluntária .....	1266
423.4.	Pedido na insolvência voluntária .....	1268
423.5.	Produção de provas .....	1268
423.6.	Explicitação do valor da causa .....	1269
423.7.	Citação dos credores.....	1269
424.	Efeitos da propositura da insolvência voluntária .....	1269
	<i>Subseção II – Controle da petição inicial</i> .....	1269
425.	Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....	1269
426.	Indeferimento da inicial .....	1270
427.	Deferimento da inicial .....	1270
	<i>Subseção III – Julgamento da fase inicial</i> .....	1270
428.	Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência....	1270
429.	Extinção do processo sem julgamento do mérito e o problema da desistência da ação.....	1270
	<b>§ 82.º Efeitos da Declaração de Insolvência</b> .....	1271
430.	Classificação dos efeitos da insolvência.....	1271
431.	Termo inicial dos efeitos .....	1273
432.	Efeitos processuais da declaração de insolvência.....	1274
432.1.	Instalação da execução coletiva.....	1274
432.2.	Procedimento edital na insolvência.....	1275
432.3.	Arrecadação dos bens do devedor .....	1276
432.4.	Perda da preferência.....	1278
432.5.	Perda da capacidade processual.....	1278
432.6.	Atração das execuções singulares .....	1279
432.7.	Escolha do administrador da massa.....	1281
432.8.	Interrupção da prescrição.....	1281
433.	Efeitos materiais da declaração de insolvência .....	1283
433.1.	Vencimento antecipado das dívidas.....	1283
433.1.1.	Deságio das obrigações vincendas .....	1283
433.1.2.	Suspensão da fluência dos juros .....	1284
433.1.3.	Estabilização do valor das dívidas em moeda estrangeira .....	1284

433.1.4.	Suspensão da fluência da comissão de permanência....	1285
433.1.5.	Compensação das dívidas do insolvente .....	1286
433.1.6.	Correção monetária dos créditos.....	1286
433.2.	Perda da disponibilidade patrimonial .....	1286
433.2.1.	Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvência .....	1287
433.2.2.	Disciplina dos negócios bilaterais .....	1288
433.2.3.	Disciplina dos negócios unilaterais .....	1290
433.2.4.	Extinção das obrigações.....	1291

## **SEÇÃO IV – FASE INSTRUTÓRIA DA INSOLVÊNCIA .....** 1291

### **§ 83.º Administração do Ativo.....** 1291

434.	Formação do ativo e nomeação do administrador da massa .....	1291
434.1.	Natureza das funções do administrador .....	1291
434.2.	Escolha do administrador .....	1292
434.3.	Investidura do administrador.....	1293
434.4.	Substituição e destituição do administrador .....	1294
434.5.	Representação do administrador no processo .....	1294
435.1.	Custódia da massa ativa .....	1295
435.2.	Arrecadação da massa ativa .....	1295
435.3.	Despesas da massa e prepostos do administrador .....	1296
435.4.	Representação judicial da massa.....	1297
435.5.	Alienação coativa dos bens da massa .....	1298
435.6.	Remuneração do administrador .....	1298
435.7.	Responsabilidade civil do administrador .....	1299
435.8.	Efeitos materiais da administração .....	1299

### **§ 84.º Organização do Passivo .....** 1300

436.	Procedimento da habilitação de crédito .....	1300
436.1.	Legitimidade ativa.....	1300
436.2.	Natureza da habilitação.....	1301
436.3.	Forma da habilitação.....	1302
436.4.	Cumulação de execuções na habilitação .....	1302

436.5.	Controle da habilitação .....	1303
436.6.	Ordenação das habilitações e intimações das partes .....	1303
437.	Impugnação ao crédito habilitado .....	1304
437.1.	Natureza da impugnação .....	1304
437.2.	Prazo da impugnação .....	1305
437.3.	Legitimidade ativa na impugnação .....	1305
437.4.	Legitimidade passiva na impugnação .....	1306
437.5.	Causa de pedir e pedido na impugnação .....	1306
437.6.	Procedimento da ação de impugnação .....	1307
437.7.	Destino dos embargos atraídos ao juízo universal .....	1308
437.8.	Efeito da impugnação na execução coletiva .....	1309
438.	Elaboração do quadro geral de credores .....	1309
439.	Classificação dos créditos no concurso .....	1310
440.	Ação direta do credor retardatário .....	1312
440.1.	Natureza da ação direta .....	1312
440.2.	Competência na ação direta .....	1313
440.3.	Legitimidade ativa e passiva na ação direta .....	1313
440.4.	Prazo, efeitos da propositura e reserva do dividendo .....	1314
440.5.	Rito da ação direta .....	1314
440.6.	Limites da cognição na ação direta .....	1314
440.7.	Posição do retardatário no concurso e participação no rateio ....	1315
441.	Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva .....	1315
441.1.	Requisitos para concessão dos alimentos .....	1316
441.2.	Incidente sobre a pensão .....	1316
441.3.	Execução da decisão e extinção da verba alimentar .....	1317
§ 85.º	Recuperação Amigável .....	1317
442.	Natureza da recuperação do devedor civil .....	1317
443.	Procedimento da recuperação civil .....	1319
443.1.	Forma da proposta do executado .....	1319
443.2.	Momento hábil à proposta de recuperação .....	1320
443.3.	Contraditório na recuperação .....	1320
443.4.	Efeitos do julgamento da recuperação .....	1321
443.5.	Natureza do pronunciamento na recuperação .....	1321
443.6.	Efeitos do descumprimento da recuperação .....	1321

<b>§ 86.º Realização do Ativo</b> .....	1321
444. Avaliação na execução coletiva.....	1321
445. Meios expropriatórios da execução coletiva.....	1322
446. Momento da realização do ativo.....	1323
<b>SEÇÃO V – FASE FINAL DA INSOLVÊNCIA</b> .....	1324
<b>§ 87.º Pagamento aos Credores</b> .....	1324
447. Momento do pagamento aos credores.....	1324
448. Procedimento do rateio .....	1325
<b>§ 88.º Extinção e Suspensão do Concurso</b> .....	1326
449. Extinção da execução coletiva .....	1326
450. Suspensão da execução coletiva.....	1327
<b>§ 89.º Saldo Devedor</b> .....	1327
451. Saldo devedor da execução coletiva.....	1327
452. Reinício da execução coletiva.....	1328
<b>§ 90.º Extinção das Obrigações</b> .....	1329
453. Finalidade da ação de extinção das obrigações.....	1329
454. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....	1329
454.1. Prazo extintivo das obrigações.....	1330
454.2. Inexistência de bens arrecadáveis.....	1330
455. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente .....	1331
455.1. Competência da ação extintiva.....	1331
455.2. Legitimidade na ação extintiva .....	1331
455.3. Procedimento edital.....	1331
455.4. Petição inicial da ação extintiva .....	1332
455.5. Limites à cognição judicial.....	1332
455.6. Resposta dos réus.....	1332
455.7. Réplica do devedor e julgamento antecipado.....	1332
455.8. Produção de provas .....	1332
455.9. Natureza da sentença de procedência.....	1333
455.10. Julgamento da ação extintiva .....	1333
456. Efeitos da procedência da ação extintiva .....	1333

## Título IV – Procedimentos executivos especiais

<b>13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR</b> .....	1335
<b>§ 91.º Noções gerais acerca da execução do crédito alimentar</b> .....	1335
457. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar .....	1335
458. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar .....	1338
459. Classificação da obrigação alimentar .....	1340
459.1. Alimentos naturais e civis .....	1340
459.2. Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos .....	1342
459.3. Alimentos definitivos e provisionais .....	1343
459.4. Alimentos futuros e pretéritos .....	1345
460. Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios .....	1346
461. Garantias do crédito alimentar .....	1346
462. Ilícito penal no inadimplemento sem justa causa da obrigação alimentar .....	1348
<b>SEÇÃO I – EXECUÇÃO POR EXPROPRIAÇÃO</b> .....	1349
<b>§ 92.º Procedimento da execução por expropriação</b> .....	1349
463. Execução do crédito alimentar por expropriação .....	1349
463.1. Cumprimento da sentença de obrigação alimentar por expropriação .....	1350
463.1.1. Caráter definitivo do cumprimento da sentença de obrigação alimentar .....	1351
463.1.2. Autos do cumprimento da sentença de obrigação alimentar .....	1352
463.1.3. Inadmissibilidade da prisão do executado na expropriação .....	1352
463.2. Execução de obrigação alimentar fundada em título extrajudicial .....	1353
463.3. Levantamento do dinheiro penhorado .....	1353
463.4. Encaminhamento normal da expropriação .....	1354
463.5. Crédito alimentar no concurso de preferências .....	1354
464. Execução de alimentos indenizativos .....	1356
464.1. Natureza da pretensão à constituição do capital .....	1357

464.2.	Objeto do capital constituído	1358
464.3.	Condição jurídica do capital constituído	1358
464.4.	Sucedâneos da constituição do capital	1359
464.5.	Vicissitudes do capital constituído	1361
464.6.	Cessação da obrigação e liberação do capital	1361
<b>SEÇÃO II – EXECUÇÃO POR COERÇÃO PESSOAL</b>		<b>1362</b>
<b>� 93.� Noções gerais acerca da execução por coerção pessoal</b>		<b>1362</b>
465.	Título executivo na execução por coerção pessoal	1362
466.	Opção pela execução dos alimentos por coerção pessoal	1364
<b>� 94.é Procedimento da execução por coerção pessoal</b>		<b>1369</b>
467.	Requisitos da petição inicial	1369
467.1.	Competência na execução de alimentos	1369
467.2.	Formulação do pedido na coerção pessoal	1371
467.3.	Controle da petição inicial	1374
467.4.	Fixação de honorários advocatícios	1375
467.5.	Indeferimento da petição inicial	1376
468.	Cumprimento e defesa sumária do executado	1376
468.1.	Pagamento	1376
468.2.	Defesa do executado	1379
468.3.	Decisão do incidente	1384
468.3.1.	Natureza do pronunciamento	1384
468.3.2.	Recurso cabível. Efeito suspensivo	1384
468.3.3.	Motivação do ato	1385
468.3.4.	Efeitos do ato	1386
468.4.	Inatividade do executado	1387
469.	Prisão do executado	1388
469.1.	Prazo da prisão	1388
469.2.	Regime da prisão	1389
469.3.	Suspensão e revogação da prisão	1391
469.4.	Meios para o executado revogar a prisão	1392
469.5.	Renovação da prisão	1393
470.	Coerção pessoal e oposição do executado	1394

<b>SEÇÃO III – EXECUÇÃO POR DESCONTO</b> .....	1395
<b>§ 95.º Noções gerais acerca da execução por desconto</b> .....	1395
471. Execução por desconto em folha da obrigação alimentar .....	1395
472. Opção pela execução por desconto .....	1396
<b>§ 96.º Procedimento da execução por desconto</b> .....	1397
473. Particularidades da execução por desconto em folha .....	1397
473.1. Identificação da fonte pagadora .....	1398
473.2. Efetivação da medida .....	1398
473.3. Cabimento da oposição do executado .....	1400
473.4. Prosseguimento da execução .....	1400
<b>14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA</b> .....	1401
<b>§ 97.º Noções Gerais</b> .....	1401
474. Objeto da execução contra a Fazenda Pública .....	1401
475. Causa do procedimento especial .....	1403
476. Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento .....	1404
477. Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública .....	1409
<b>§ 98.º Procedimento da Execução por Maior Quantia</b> .....	1414
478. Disciplina da execução da execução pecuniária .....	1414
479. Necessidade da execução .....	1415
480. Competência na execução contra a Fazenda Pública .....	1416
481. Legitimidade ativa e passiva .....	1417
482. Título executivo .....	1420
483. Proibição expressa do cumprimento provisório .....	1422
484. Cabimento dos honorários advocatícios .....	1423
485. Prazo e regime dos embargos e da impugnação .....	1424
486. Tribunal competente para processar o pagamento .....	1426
487. Obrigatoriedade da expedição do precatório .....	1427
488. Procedimento da requisição de pagamento .....	1429
488.1. Pagamento segundo o regime especial .....	1430
488.2. Pagamento segundo o regime excepcional .....	1432
489. Preterição da preferência e o sequestro .....	1436

489.1.	Cabimento do sequestro .....	1437
489.2.	Natureza da medida .....	1438
489.3.	Legitimação ativa e passiva .....	1439
489.4.	Objeto da medida .....	1440
489.5.	Procedimento do “sequestro” .....	1441
<b>§ 99.º</b>	<b>Procedimento da Execução por Menor Quantia .....</b>	<b>1441</b>
490.	Execução de pequeno valor .....	1441
491.	Definição de dívida de pequeno valor .....	1442
492.	Execução incidente e desnecessidade de nova citação.....	1443
493.	Legitimidade passiva .....	1443
494.	Título executivo .....	1444
495.	Exclusão do cumprimento provisório.....	1444
496.	Admissibilidade da oposição do executado .....	1444
497.	Competência e forma da requisição de pagamento .....	1445
498.	Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública.....	1447
<b>15.</b>	<b>EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO .....</b>	<b>1449</b>
<b>§ 100.º</b>	<b>Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial .....</b>	<b>1449</b>
499.	Cabimento do rito especial da execução hipotecária.....	1449
<b>§ 101.º</b>	<b>Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário .....</b>	<b>1452</b>
500.	Formação do processo executivo .....	1452
500.1.	Título e inadimplemento na ação executória hipotecária .....	1452
500.2.	Petição inicial da ação executória hipotecária.....	1455
500.2.1.	Competência da execução hipotecária .....	1456
500.2.2.	Pedido. Cumulação de multa e honorários.....	1457
500.2.3.	Citação dos executados .....	1457
500.2.4.	Valor da causa na execução hipotecária.....	1458
501.	Procedimento da ação executória hipotecária.....	1458
501.1.	Penhora .....	1458
501.2.	Depósito .....	1460
501.3.	Avaliação .....	1460
501.4.	Alienação coativa.....	1461
501.5.	Adjudicação .....	1462

<b>16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL</b> .....	1465
<b>§ 102.º Noções Gerais</b> .....	1465
502. Realização do crédito da Fazenda Pública.....	1465
503. Remédios para promover a defesa judicial do devedor .....	1467
503.1. Embargos do executado .....	1469
503.2. Mandado de segurança .....	1469
503.3. Ação declaratória.....	1471
503.4. Ação anulatória.....	1472
503.5. Ação de restituição.....	1473
503.6. Ação consignatória .....	1474
504. Efeitos da demanda na esfera administrativa.....	1474
505. Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública .....	1475
505.1. Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de em- bargos .....	1475
505.2. Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do exe- cutado.....	1478
505.3. Intervenção do Ministério Público .....	1480
505.4. Despesas processuais da Fazenda Pública.....	1480
505.5. Responsabilidade dos auxiliares do juízo .....	1480
505.6. Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos .....	1481
505.7. Subsidiariedade da expropriação comum.....	1481
<b>§ 103.º Pressupostos Processuais da Execução Fiscal</b> .....	1481
506. Relação processual e pretensão a executar da Fazenda Pública.....	1481
507. Título executivo da Fazenda Pública .....	1482
507.1. Formação do crédito da Fazenda Pública .....	1482
507.2. Compreensão do crédito da Fazenda Pública.....	1484
507.3. Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa.....	1484
507.4. Substituição e correção da certidão da dívida ativa.....	1486
507.5. Caracteres do título executivo.....	1489
508. Exigibilidade do crédito da Fazenda .....	1490
509. Problemas de competência na execução fiscal .....	1491
509.1. Modificações da competência .....	1491

509.2.	Competência na execução movida por ente público contra outro ente público .....	1495
509.3.	Reunião das execuções por conveniência da penhora.....	1495
509.4.	Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências.....	1499
510.	Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal .....	1503
510.1.	Legitimidade ativa na execução fiscal .....	1503
510.2.	Legitimidade passiva na execução fiscal.....	1504
510.3.	Benefício de ordem do responsável.....	1507
<i>Subseção I – Formação do processo executivo .....</i>		1508
<b>§ 104.º Procedimento da Execução .....</b>		1508
511.	Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública ....	1508
511.1.	Endereçamento da petição inicial .....	1509
511.2.	Identificação das partes.....	1510
511.3.	Fatos e fundamentos do pedido.....	1510
511.4.	Pedido na execução fiscal.....	1511
511.5.	Produção de provas na execução fiscal .....	1511
511.6.	Valor da causa na execução fiscal .....	1512
511.7.	Requerimento e modos de citação do executado.....	1513
511.8.	Nomeação de bens na inicial .....	1515
512.	Efeitos da propositura da execução fiscal e o problema da prescrição.....	1516
<i>Subseção II – Controle da petição inicial .....</i>		1520
513.	Emendas na petição inicial.....	1520
514.	Indeferimento da petição inicial .....	1521
515.	Deferimento da petição inicial .....	1521
<i>Subseção III – Responsabilidade patrimonial.....</i>		1523
516.	Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública .....	1523
<i>Subseção IV – Fase inicial da expropriação.....</i>		1525
517.	Citação do executado e pagamento.....	1525
518.	Pré-penhora na execução fiscal.....	1525

519.	Nomeação de bens na execução fiscal .....	1526
520.	Efetivação da garantia da execução .....	1530
520.1.	Depósito em dinheiro.....	1531
520.2.	Fiança bancária e seguro garantia .....	1533
520.3.	Prova do depósito, da fiança e do seguro .....	1534
521.	Depósito da coisa penhorada na execução fiscal .....	1534
522.	Registro da penhora na execução fiscal .....	1537
523.	Modificações da penhora na execução fiscal.....	1538
524.	Intimação da penhora na execução fiscal.....	1540
	<i>Subseção V – Fase instrutória da expropriação.....</i>	<i>1543</i>
525.	Avaliação do bem penhorado .....	1543
525.1.	Impugnação da avaliação .....	1543
525.2.	Escolha do avaliador e laudo de avaliação .....	1544
525.3.	Apresentação do laudo e decisão do juiz.....	1545
525.4.	Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados .....	1545
526.	Alienação antecipada na execução fiscal .....	1546
527.	Arrematação na execução da Fazenda Pública .....	1547
527.1.	Natureza e efeitos da arrematação .....	1547
527.2.	Modalidade da arrematação .....	1547
527.3.	Requisitos do edital .....	1548
527.4.	Publicidade do edital .....	1549
527.5.	Intimação das partes .....	1550
527.6.	Lugar do leilão.....	1551
527.7.	Arrematação pela Fazenda Pública .....	1552
527.8.	Arrematação em globo .....	1552
527.9.	Despesas de responsabilidade do arrematante .....	1553
	<i>Subseção VI – Fase final da expropriação.....</i>	<i>1553</i>
528.	Remição do bem penhorado e da execução .....	1553
529.	Entrega do dinheiro .....	1555
530.	Adjudicação na execução fiscal .....	1555
530.1.	Objeto da adjudicação.....	1556
530.2.	Pressupostos da adjudicação.....	1556
530.3.	Forma do requerimento da adjudicação.....	1558

530.4.	Legitimidade para adjudicar.....	1558
530.5.	Saldo da adjudicação.....	1560
530.6.	Auto de adjudicação .....	1560
530.7.	Inadmissibilidade dos embargos à adjudicação .....	1560
531.	Apropriação de frutos e de rendimentos na execução fiscal.....	1561
<i>Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....</i>		1561
532.	Recursos cabíveis nas execuções de alçada .....	1561
532.1.	Valor de alçada nos executivos fiscais .....	1562
532.2.	Embargos de declaração .....	1563
532.3.	Embargos infringentes e recorribilidade das interlocutórias ....	1563
532.4.	Reexame necessário e recurso extraordinário .....	1564
532.5.	Revisor nas apelações.....	1565

## **Título V – Reação do executado contra a execução**

<b>17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE .....</b>	<b>1567</b>
<b>§ 105.º Noções Gerais .....</b>	<b>1567</b>
533. Enumeração e classificação dos meios de reação do executado .....	1567
534. Relações entre os meios de reação do executado .....	1568
<b>§ 106.º Fundamentos da Exceção de Pré-Executividade .....</b>	<b>1572</b>
535. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar .....	1572
536. Cabimento da exceção de pré-executividade.....	1574
537. Objeto da exceção de pré-executividade .....	1578
<b>§ 107.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade .....</b>	<b>1583</b>
538. Legitimidade do executado e de terceiros.....	1583
539. Prazo da exceção de pré-executividade .....	1584
540. Efeitos da apresentação da exceção .....	1586
541. Obrigatoriedade do contraditório .....	1587
<b>§ 108.º Efeitos do Julgamento da Exceção .....</b>	<b>1588</b>
542. Efeitos do acolhimento da exceção .....	1588
543. Efeitos da rejeição da exceção.....	1589

<b>18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO</b> .....	1591
<b>SEÇÃO I – OPOSIÇÃO DO EXECUTADO</b> .....	1592
<b>§ 109.º Natureza da Ação de Embargos</b> .....	1592
544. Natureza jurídica dos embargos do devedor .....	1592
545. Conceito dos embargos do devedor .....	1595
<b>§ 110.º Objeto da Cognição nos Embargos</b> .....	1595
546. Limites da cognição na ação de embargos.....	1595
547. Classificação do objeto da cognição nos embargos .....	1599
547.1. Embargos de cognição sumária.....	1601
547.2. Embargos de cognição plenária.....	1604
548. Objeto dos embargos na execução de título extrajudicial.....	1604
548.1. Inexequibilidade do título executivo.....	1604
548.2. Inexigibilidade da obrigação .....	1605
548.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	1606
548.4. Excesso de execução.....	1607
548.5. Cumulação indevida de execuções .....	1610
548.6. Retenção por benfeitorias .....	1610
548.7. Incompetência absoluta ou relativa .....	1612
548.8. Defesa processual e defesa de mérito do executado.....	1613
548.9. Solvabilidade .....	1615
548.10. Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1615
549. Exceção de impedimento e de suspeição .....	1616
<b>SEÇÃO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO</b> .....	1616
<b>§ 111.º Noções Gerais</b> .....	1616
550. Pressupostos processuais da relação incidente.....	1616
<b>§ 112.º Imparcialidade</b> .....	1618
551. Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos .....	1618
552. Controle da imparcialidade do órgão nos embargos .....	1618
<b>§ 113.º Competência nos Embargos</b> .....	1619
553. Regra geral de competência nos embargos .....	1619

554. Determinação da competência segundo a natureza do título.....	1621
555. Competência dos embargos na execução por carta .....	1621
<b>§ 114.º Prazo dos Embargos .....</b>	<b>1625</b>
556. Regras gerais do prazo para propor embargos.....	1625
556.1. Prazo geral e prazos especiais .....	1625
556.2. Natureza do prazo.....	1626
556.3. Efeito da fluência do prazo .....	1626
556.4. Suspensão do prazo .....	1627
556.5. Contagem, dobra e termo final do prazo .....	1628
556.6. Fluência durante as férias .....	1630
557. Prazo dos embargos no rito comum da expropriação.....	1631
558. Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação .....	1632
558.1. Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....	1633
558.2. Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação .....	1633
558.3. Prazo na execução fiscal .....	1633
558.4. Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial .....	1636
559. Prazo dos embargos no desapossamento.....	1637
560. Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial .....	1637
561. Prazo dos embargos no desconto em folha .....	1637
<b>§ 115.º Legitimidade .....</b>	<b>1637</b>
562. Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor .....	1637
563. Legitimidade ativa nos embargos à execução .....	1639
563.1. Legitimidade dos responsáveis.....	1639
563.2. Legitimidade do cônjuge ou companheiro .....	1641
563.3. Legitimidade do curador especial e do Ministério Público.....	1642
563.4. Legitimidade condicionada à segurança do juízo .....	1643
564. Legitimidade passiva nos embargos à execução .....	1643
<b>§ 116.º Segurança do Juízo .....</b>	<b>1645</b>
565. Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo .....	1645
566. Exame do pressuposto da segurança do juízo .....	1646
567. Controle do pressuposto da segurança do juízo e embargos prematuros ...	1647

<b>SEÇÃO III – PROCEDIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO .....</b>	<b>1648</b>
<b>§ 117.º Petição Inicial dos Embargos .....</b>	<b>1648</b>
568. Requisitos da petição inicial dos embargos .....	1648
568.1. Causa de pedir nos embargos .....	1650
568.2. Pedido nos embargos .....	1652
568.3. Valor da causa nos embargos .....	1653
568.4. Indicação das provas nos embargos .....	1654
568.5. Chamamento do embargado .....	1655
568.6. Regime fiscal dos embargos .....	1655
569. Efeitos da propositura dos embargos à execução .....	1656
569.1. Prevenção e embargos .....	1656
569.2. Litispendência .....	1656
569.3. Litigiosidade do direito .....	1657
569.4. Prescrição e mora .....	1657
569.5. Suspensão do processo executivo .....	1657
569.5.1. Embargos suspensivos e não suspensivos .....	1657
569.5.2. Requisitos do efeito suspensivo dos embargos .....	1658
569.5.3. Modificação e revogação do efeito suspensivo dos embargos .....	1659
569.5.4. Limitações subjetiva e objetiva do efeito suspensivo dos embargos .....	1660
569.5.5. Efeitos da suspensão da execução .....	1660
570. Rito dos embargos .....	1660
<b>§ 118.º Controle da Petição Inicial .....</b>	<b>1661</b>
571. Emendas da petição inicial dos embargos .....	1661
572. Indeferimento liminar dos embargos .....	1663
572.1. Casos de indeferimento liminar dos embargos .....	1663
572.1.1. Embargos ineptos .....	1664
572.1.2. Embargos intempestivos .....	1665
572.1.3. Embargos improcedentes .....	1665
572.1.4. Embargos protelatórios .....	1665
572.2. Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso .....	1666
573. Deferimento inicial dos embargos .....	1667

<b>§ 119.º Resposta do Embargado</b> .....	1668
574. Resposta do embargado no sistema da lei processual .....	1668
575. Audiência de mediação e de conciliação .....	1669
576. Impugnação do embargado .....	1670
577. Exceções do embargado .....	1673
578. Reconvenção do embargado .....	1673
<b>§ 120.º Revelia do Embargado</b> .....	1675
579. Efeitos da revelia do embargado.....	1675
<b>§ 121.º Intervenção de Terceiros</b> .....	1677
580. Modalidades de intervenção de terceiros .....	1677
581. Admissibilidade da intervenção de terceiros nos embargos .....	1678
581.1. Assistência à parte ou ao órgão judiciário .....	1678
581.2. Chamamento ao processo .....	1679
581.3. Chamamento em garantia .....	1680
581.4. Desconsideração da personalidade jurídica .....	1681
581.5. Oposição .....	1681
581.6. Correção da legitimidade passiva.....	1682
<b>§ 122.º Julgamento dos Embargos</b> .....	1682
582. Extinção dos embargos sem resolução do mérito .....	1682
583. Extinção dos embargos com resolução do mérito.....	1685
584. Honorários de advogado nos embargos .....	1687
<b>SEÇÃO IV – COISA JULGADA E EFEITOS DOS EMBARGOS</b> .....	1689
<b>§ 123.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos</b> .....	1689
585. Natureza da sentença dos embargos .....	1689
586. Eficácia de coisa julgada nos embargos .....	1690
<b>§ 124.º Efeitos do Julgamento dos Embargos</b> .....	1692
587. Efeitos no caso de procedência.....	1692
587.1. Declaração de inexecutibilidade do título e da inexistência crédito.....	1693
587.2. Redução da obrigação .....	1693
587.3. Desfazimento dos atos executivos .....	1693

587.4.	Reconhecimento da responsabilidade do credor.....	1694
587.5.	Substituição do título.....	1694
587.6.	Averbação no registro da dívida ativa.....	1694
587.7.	Extinção da execução.....	1694
588.	Efeitos no caso de improcedência.....	1695
588.1.	Desembaraço do processo executivo.....	1695
588.2.	Definitividade da execução na pendência da apelação.....	1696
588.3.	Condenação do embargante por dolo processual.....	1697
<b>19.</b>	<b>IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO.....</b>	<b>1699</b>
§ 125.º	<b>Natureza da Impugnação do Executado.....</b>	<b>1699</b>
589.	Natureza da impugnação do executado.....	1699
590.	Conceito da impugnação do executado.....	1704
§ 126.º	<b>Fundamentos da Impugnação do Executado.....</b>	<b>1704</b>
591.	Caráter sumário da cognição.....	1704
592.	Casos explícitos de impugnação.....	1706
592.1.	Falta ou nulidade da citação.....	1706
592.2.	Ilegitimidade das partes.....	1709
592.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1710
592.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1711
592.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1712
592.6.	Incompetência absoluta ou relativa.....	1714
592.7.	Exceções e objeções substanciais supervenientes à sentença.....	1714
592.8.	Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1717
592.8.1.	Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada.....	1717
592.8.2.	Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial.....	1726
592.8.2.1.	Origem da regra.....	1726
592.8.2.2.	Ineficácia do título.....	1727
592.8.2.3.	Superveniência da inconstitucionalidade.....	1728
592.8.2.4.	Constitucionalidade da regra.....	1729

592.8.2.5.	Vantagens e desvantagens da regra .....	1730
592.8.2.6.	Aplicação ao cumprimento definitivo e provisório .....	1731
592.8.2.7.	Origem do juízo de inconstitucionalidade .....	1731
592.8.2.8.	Remédios admissíveis .....	1733
592.8.2.9.	Aplicação retroativa da regra .....	1734
592.8.2.10.	Efeitos do julgamento da impugnação .....	1734
593.	Casos implícitos de impugnação .....	1735
<b>§ 127.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental .....</b>		<b>1736</b>
594.	Generalidades .....	1736
595.	Prazo da impugnação .....	1736
595.1.	Natureza do prazo da impugnação .....	1737
595.2.	Efeitos da fluência do prazo da impugnação .....	1737
595.3.	Suspensão do prazo da impugnação .....	1738
595.4.	Dobra do prazo de impugnação .....	1738
595.5.	Termos inicial e final do prazo de impugnação .....	1738
596.	Competência da impugnação .....	1739
597.	Legitimidade ativa e passiva na impugnação .....	1740
598.	Controle da imparcialidade na impugnação .....	1740
<b>§ 128.º Procedimento da Impugnação Incidental .....</b>		<b>1740</b>
599.	Requisitos da petição inicial da impugnação .....	1740
600.	Controle da inicial da impugnação .....	1742
601.	Indeferimento liminar da impugnação .....	1742
602.	Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo .....	1743
603.	Prosseguimento da execução mediante caução .....	1745
604.	Recurso cabível das resoluções do juiz .....	1746
605.	Efeitos do recebimento da impugnação .....	1746
606.	Chamamento do impugnado .....	1746
607.	Atitudes do impugnado .....	1747
608.	Procedimento da impugnação .....	1748
609.	Julgamento da impugnação e recursos próprios .....	1748

<b>§ 129.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado .....</b>	<b>1749</b>
610. Efeitos no caso de procedência.....	1749
611. Efeitos no caso de improcedência .....	1750

## **Título VI – Reação dos terceiros contra a execução**

<b>20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>	<b>1753</b>
<b>§ 130.º Noções Gerais.....</b>	<b>1753</b>
612. Conceito e natureza dos embargos de terceiro .....	1753
613. Modalidade de intervenção de terceiros.....	1757
<b>§ 131.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro.....</b>	<b>1757</b>
614. Competência nos embargos de terceiro .....	1757
615. Legitimidade nos embargos de terceiro.....	1761
615.1. Legitimidade ativa .....	1761
615.1.1. Noção de terceiro .....	1762
615.1.2. Domínio e posse do terceiro.....	1764
615.1.3. Embargos do compromissário.....	1765
615.1.4. Embargos do cônjuge ou do companheiro .....	1765
615.1.5. Embargos do herdeiro.....	1768
615.1.6. Embargos do adquirente do bem alienado em fraude contra a execução .....	1768
615.1.7. Embargos em desconsideração da personalidade jurídica .....	1769
615.1.8. Embargos do credor real.....	1769
615.1.9. Fungibilidade dos embargos.....	1769
615.2. Legitimidade passiva.....	1770
616. Integração da capacidade processual .....	1773
617. Prazo dos embargos de terceiro .....	1774
618. Objeto dos embargos de terceiro.....	1779
619. Valor da causa nos embargos de terceiro .....	1780
<b>§ 132.º Procedimento dos Embargos de Terceiro .....</b>	<b>1781</b>
620. Instauração e desenvolvimento dos embargos .....	1781

620.1.	Petição inicial e liminar .....	1781
620.1.1.	Requisitos da liminar .....	1782
620.1.2.	Caução.....	1783
620.2.	Rejeição liminar dos embargos.....	1784
620.3.	Citação do embargado .....	1785
620.4.	Efeitos da propositura dos embargos .....	1785
620.5.	Mérito dos embargos e limites à cognição judicial .....	1786
620.5.1.	Embargos do possuidor.....	1788
620.5.2.	Embargos do titular de direito real.....	1789
620.5.3.	Sumariedade da cognição .....	1790
620.6.	Reação do embargado .....	1791
620.6.1.	Revelia .....	1791
620.6.2.	Meios de reação .....	1791
620.6.3.	Limites da contestação e o ônus da prova .....	1792
620.6.4.	Indicação de provas.....	1794
620.7.	Rito dos embargos .....	1795
620.8.	Sucumbência nos embargos de terceiro .....	1795
621.	Natureza da sentença dos embargos.....	1797
<b>§ 133.º</b>	<b>Efeitos dos Embargos de Terceiro.....</b>	<b>1798</b>
622.	Efeitos no caso de procedência.....	1798
623.	Efeitos no caso de improcedência .....	1798
<b>Bibliografia</b>	.....	<b>1801</b>
<b>Outras obras do autor</b>	.....	<b>1903</b>
<b>Índice alfabético-remissivo</b>	.....	<b>1905</b>
<b>Índice legislativo</b>	.....	<b>1955</b>
<b>Índice onomástico</b>	.....	<b>2001</b>